

Veículo: Site A Tarde	
Data: 29/06/2020	Caderno: Economia

# A TARDE

Seg , 29/06/2020 às 17:05 | Atualizado em: 29/06/2020 às 17:07

## Compras por aplicativo de delivery podem ajudar instituições filantrópicas

Da Redação



Sefaz informa que pedir nota fiscal é um direito de todo cidadão | Foto: Marcello Casal Jr. | Agência Brasil

Durante a pandemia, a compra de comida e outros artigos por aplicativos de delivery têm crescido e tornou-se uma boa opção para evitar que as pessoas saiam de casa. Com isso, é possível solicitar a inclusão do CPF na nota fiscal, que, no caso dos participantes da campanha **Nota Premiada Bahia**, irá automaticamente beneficiar as entidades filantrópicas vinculadas ao programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade**.

"Todo cidadão tem o direito de solicitar a nota fiscal e pedir a inclusão do CPF. Esta é uma forma de garantir que o estabelecimento não sonegue impostos que são destinados a serviços públicos como saúde e educação. Ao se cadastrar na Nota Premiada Bahia e inserir o CPF na nota, os baianos também concorrem a prêmios e apoiam até duas instituições filantrópicas de forma simultânea", explicou o **coordenador de Educação Fiscal da Secretaria da Fazenda do Estado, Luís Henrique Brandão**.

Aplicativos como iFood e Uber Eats já possuem um campo específico para o consumidor inserir o CPF antes de finalizar a compra. Já em aplicativos como o Rappi, é necessário solicitar a inclusão do documento ao entregador ou ao suporte da plataforma.

De acordo com informações da **Secretaria da Fazenda (Sefaz-BA)**, pedir a nota é um direito de todo cidadão. Ao inserir o CPF, quem participa da campanha Nota Premiada Bahia acumula bilhetes que podem render prêmios e beneficiar entidades filantrópicas previamente escolhidas no cadastro.

Por conta da pandemia da Covid-19, as premiações não ocorreram por estarem vinculadas à Loteria Federal, que ficaram temporariamente suspensas. As premiações individuais serão retomadas em julho, com o primeiro sorteio no dia 20.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data: 30/06/2020	Página: 02

# Tribuna

## Filantrópicas

A Secretaria da Fazenda da Bahia (Sefaz) informou ontem que os consumidores podem pedir a inclusão do CPF na nota fiscal dos aplicativos de entrega de comida. No caso dos participantes da campanha Nota Premiada Bahia, irá automaticamente beneficiar as entidades filantrópicas vinculadas ao programa “Sua Nota é um Show de Solidariedade”.

## Secom - Secretaria de Comunicação Social - Governo do Estado da Bahia

Fazenda

29/06/2020 16:00

### Compras por aplicativo de delivery podem ajudar instituições filantrópicas

Em tempos de pandemia, quando é necessário evitar sair de casa, tem sido uma boa opção pedir comida e outros artigos por aplicativos de delivery. O que muitos consumidores baianos ainda não sabem é que nesses aplicativos é possível solicitar a inclusão do CPF na nota fiscal, que, no caso dos participantes da campanha Nota Premiada Bahia, irá automaticamente beneficiar as entidades filantrópicas vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade.

Os aplicativos de entrega a domicílio Ifood e Uber Eats possuem um campo específico para a inserção do CPF antes de finalizar a compra. No James, o CPF cadastrado pelo consumidor ao se inscrever na plataforma é inserido de forma automática na nota fiscal. Já no Rappi é necessário solicitar a inclusão do CPF ao entregador ou ao suporte, por meio do chat disponível na plataforma.

A Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA) lembra que pedir a nota é um direito de todo cidadão, assim como emitir o documento é dever das empresas. Além disso, ao inserir o CPF, quem participa da campanha de cidadania fiscal Nota Premiada Bahia acumula bilhetes que podem render prêmios, e ainda beneficia as entidades filantrópicas que escolheu apoiar ao fazer o cadastro.

"Todo cidadão tem o direito de solicitar a nota fiscal e pedir a inclusão do CPF. Esta é uma forma de garantir que o estabelecimento não sonegue impostos que são destinados a serviços públicos como saúde e educação. Ao se cadastrar na Nota Premiada Bahia e inserir o CPF na nota, os baianos também concorrem a prêmios e apoiam até duas instituições filantrópicas de forma simultânea", explica o coordenador de Educação Fiscal da Secretaria da Fazenda do Estado, Luís Henrique Brandão. Ele orienta que, caso a empresa se negue a fornecer o documento fiscal, o consumidor pode fazer uma denúncia pelo [site da Sefaz-BA](#), no canal 'Denúncia', ou pelos telefones 08000710071 (apenas ligações de fixo) e 7133192501 (ligações de fixo e celular).

Após um período de interrupção por conta da pandemia de Covid-19, em que as premiações não ocorreram por estarem vinculadas aos sorteios da Loteria Federal, que ficaram temporariamente suspensos, as premiações individuais serão retomadas a partir de julho, com o primeiro sorteio marcado para o dia 20. Os repasses de R\$ 3 milhões a cada quadrimestre para as entidades filantrópicas, no entanto, continuaram acontecendo normalmente e os participantes seguiram acumulando bilhetes ao inserirem o CPF na Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) ou na Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) durante todo o período.

#### Nota Premiada Bahia

A Nota Premiada Bahia e o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade são iniciativas complementares. Quem se inscreve no [site da campanha](#) para concorrer aos prêmios individuais deve escolher até duas instituições filantrópicas, uma da área de saúde e outra da área social, com as quais irá compartilhar todas as notas fiscais eletrônicas associadas ao CPF cadastrado no site. É preciso incluir este CPF nas compras realizadas em estabelecimentos comerciais da Bahia, que têm obrigatoriedade de emitir a NFC-e ou a NF-e.

Desde o início da campanha Nota Premiada Bahia, em janeiro de 2018, os pagamentos às entidades vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade já somam R\$ 31,8 milhões. Deste total, são R\$ 21 milhões em repasses relativos às sete etapas da fase atual – três de 2018, três de 2019 e a primeira deste ano. Outros R\$ 10,8 milhões correspondem à regularização de fases anteriores do programa.

Em pouco mais de dois anos, a Nota Premiada Bahia já levou a sorte a 586 baianos, dos quais 379 moram na capital e 207 no interior. Desde dezembro de 2019, atendendo a pedidos endereçados via redes sociais ao governador Rui Costa, a Nota Premiada passou a distribuir mensalmente 91 prêmios, dos quais um de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil, o que aumentou as chances de cada participante, em contraposição aos dez prêmios mensais de R\$ 100 mil do formato anterior. A campanha também já distribuiu dois prêmios especiais de R\$ 1 milhão, em 2018 e 2019.

**Fonte: Ascom/Sefaz-BA**

Áudio:

- [Confira o áudio desta notícia](#)

#### Governo da Bahia

Governo do Estado da Bahia

Secom - Secretaria de Comunicação Social

3ª Avenida, nº 390, Plataforma IV, 1º andar, CAB

CEP 41.745-005 - Salvador - Bahia

Tel: +55 (71) 3115-9249

[Localização](#)

**Horário de funcionamento:**

De segunda à sexta-feira das 08:30 às 12:00 e 13:30 às 18:00h.

**Exerça sua cidadania. Fale com a Ouvidoria.**



Todo o conteúdo desse site está publicado sob a licença

[Creative Commons Atribuição-SemDerivações 3.0 Brasil.](#)

[Versão mobile](#)

Veículo: Informe Baiano	Página: Online
Data: 29/06/2020	Caderno: --



## Compras por aplicativo de delivery podem ajudar instituições filantrópicas



Foto: Paulo Henrique Martins  
29 de junho de 2020 - 19:00

Em tempos de pandemia, quando é necessário evitar sair de casa, tem sido uma boa opção pedir comida e outros artigos por [aplicativos](#) de delivery. O que muitos consumidores baianos ainda não sabem é que nesses [aplicativos](#) é possível solicitar a inclusão do [CPF](#) na nota fiscal, que, no caso dos participantes da campanha Nota Premiada Bahia, irá automaticamente beneficiar as entidades filantrópicas vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade.

Os [aplicativos](#) de entrega a domicílio Ifood e Uber Eats possuem um campo específico para a inserção do [CPF](#) antes de finalizar a compra. No James, o [CPF](#) cadastrado pelo consumidor ao se inscrever na plataforma é inserido de forma automática na nota fiscal. Já no Rappi é necessário solicitar a inclusão do [CPF](#) ao entregador ou ao suporte, por meio do chat disponível na plataforma.

A Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA) lembra que pedir a nota é um direito de todo cidadão, assim como emitir o documento é dever das empresas. Além disso, ao inserir o [CPF](#), quem participa da campanha de cidadania fiscal Nota Premiada Bahia acumula bilhetes que podem render prêmios, e ainda beneficia as entidades filantrópicas que escolheu apoiar ao fazer o cadastro.

“Todo cidadão tem o direito de solicitar a nota fiscal e pedir a inclusão do [CPF](#). Esta é uma forma de garantir que o estabelecimento não sonegue impostos que são destinados a serviços públicos como saúde e educação. Ao se cadastrar na Nota Premiada Bahia e inserir o [CPF](#) na nota, os baianos também concorrem a prêmios e apoiam até duas instituições filantrópicas de forma simultânea”, explica o coordenador de [Educação](#) Fiscal da Secretaria da Fazenda do Estado, Luís Henrique Brandão. Ele orienta que, caso a empresa se negue a fornecer o documento fiscal, o consumidor pode fazer uma denúncia pelo site da Sefaz-BA, no canal ‘Denúncia’, ou pelos telefones 08000710071 (apenas ligações de fixo) e 7133192501 (ligações de fixo e celular).

Após um período de interrupção por conta da pandemia de [Covid-19](#), em que as premiações não ocorreram por estarem vinculadas aos sorteios da Loteria Federal, que ficaram temporariamente suspensos, as premiações individuais serão retomadas a partir de julho, com o primeiro sorteio marcado para o dia 20. Os repasses de R\$ 3 milhões a cada quadrimestre para as entidades filantrópicas, no entanto, continuaram acontecendo normalmente e os participantes seguiram acumulando bilhetes ao inserirem o [CPF](#) na Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) ou na Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) durante todo o período.

### **Nota Premiada Bahia**

A Nota Premiada Bahia e o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade são iniciativas complementares. Quem se inscreve no site da campanha para concorrer aos prêmios individuais deve escolher até duas instituições filantrópicas, uma da área de saúde e outra da área social, com as quais irá compartilhar todas as notas fiscais eletrônicas associadas ao [CPF](#) cadastrado no site. É preciso incluir este [CPF](#) nas compras realizadas em estabelecimentos comerciais da Bahia, que têm obrigatoriedade de emitir a NFC-e ou a NF-e.

Desde o início da campanha Nota Premiada Bahia, em janeiro de 2018, os pagamentos às entidades vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade já somam R\$ 31,8 milhões. Deste total, são R\$ 21 milhões em repasses relativos às sete etapas da fase atual – três de 2018, três de 2019 e a primeira deste ano. Outros R\$ 10,8 milhões correspondem à regularização de fases anteriores do programa.

Em pouco mais de dois anos, a Nota Premiada Bahia já levou a sorte a 586 baianos, dos quais 379 moram na capital e 207 no interior. Desde dezembro de 2019, atendendo a pedidos endereçados via redes sociais ao governador Rui Costa, a Nota Premiada passou a distribuir mensalmente 91 prêmios, dos quais um de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil, o que aumentou as chances de cada participante, em contraposição aos dez prêmios mensais de R\$ 100 mil do formato anterior. A campanha também já distribuiu dois prêmios especiais de R\$ 1 milhão, em 2018 e 2019.

Veículo: Andaiá.com.br	
Data: 29/06/2020	Caderno: --



BAHIA

## Compras por aplicativo de delivery podem ajudar instituições filantrópicas



29/06/2020 16:18 1

Em tempos de pandemia, quando é necessário evitar sair de casa, tem sido uma boa opção pedir comida e outros artigos por aplicativos de delivery.

O que muitos consumidores baianos ainda não sabem é que nestes aplicativos é possível solicitar a inclusão do CPF na nota fiscal, que, no caso dos participantes da campanha Nota Premiada Bahia, irá automaticamente beneficiar as entidades filantrópicas vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade.

Os aplicativos de entrega a domicílio Ifood e Uber Eats possuem um campo específico para a inserção do CPF antes de finalizar a compra. No James, o CPF cadastrado pelo consumidor ao se inscrever na plataforma é inserido de forma automática na nota fiscal. Já no Rappi é necessário solicitar a inclusão do CPF ao entregador ou ao suporte, por meio do chat disponível na plataforma.

A Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba) lembra que pedir a nota é um direito de todo cidadão, assim como emitir o documento é dever das empresas. Além disso, ao inserir o CPF, quem participa da campanha de cidadania fiscal Nota Premiada Bahia acumula bilhetes que podem render prêmios, e ainda beneficia as entidades filantrópicas que escolheu apoiar ao fazer o cadastro.

"Todo cidadão tem o direito de solicitar a nota fiscal e pedir a inclusão do CPF. Esta é uma forma de garantir que o estabelecimento não sonegue impostos que são destinados a serviços públicos como saúde e educação. Ao se cadastrar na Nota Premiada Bahia e inserir o CPF na nota, os baianos também concorrem a prêmios e apoiam até duas instituições filantrópicas de forma simultânea", explica o coordenador de Educação Fiscal da Secretaria da Fazenda do Estado, Luís Henrique Brandão. Ele orienta que, caso a empresa se negue a fornecer o documento fiscal, o consumidor pode fazer uma denúncia pelo site [www.sefaz.ba.gov.br](http://www.sefaz.ba.gov.br), no canal "Denúncia", ou pelos telefones 08000710071 (apenas ligações de fixo) e 7133192501 (ligações de fixo e celular).

Após um período de interrupção por conta da pandemia de Covid-19, em que as premiações não ocorreram por estarem vinculadas aos sorteios da Loteria Federal, que ficaram temporariamente suspensos, as premiações individuais serão retomadas a partir de julho, com o primeiro sorteio marcado para o dia 20. Os repasses de R\$ 3 milhões a cada quadrimestre para as entidades filantrópicas, no entanto, continuaram acontecendo normalmente e os participantes seguiram acumulando bilhetes ao inserirem o CPF na Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) ou na Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) durante todo o período.

### Nota Premiada Bahia

A Nota Premiada Bahia e o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade são iniciativas complementares: quem se inscreve no [www.notapremiadabahia.ba.gov.br](http://www.notapremiadabahia.ba.gov.br) para concorrer aos prêmios individuais deve escolher até duas instituições filantrópicas, uma da área de saúde e outra

da área social, com as quais irá compartilhar todas as notas fiscais eletrônicas associadas ao CPF cadastrado no site. É preciso incluir este CPF nas compras realizadas em estabelecimentos comerciais da Bahia, que têm obrigatoriedade de emitir a NFC-e ou a NF-e.

Desde o início da campanha Nota Premiada Bahia, em janeiro de 2018, os pagamentos às entidades vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade já somam R\$ 31,8 milhões. Deste total, são R\$ 21 milhões em repasses relativos às sete etapas da fase atual – três de 2018, três de 2019 e a primeira deste ano. Outros R\$ 10,8 milhões correspondem à regularização de fases anteriores do programa.

Em pouco mais de dois anos, a Nota Premiada Bahia já levou a sorte a 586 baianos, dos quais 379 moram na capital e 207 no interior. Desde dezembro de 2019, atendendo a pedidos endereçados via redes sociais ao governador Rui Costa, a Nota Premiada passou a distribuir mensalmente 91 prêmios, dos quais um de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil, o que aumentou as chances de cada participante, em contraposição aos dez prêmios mensais de R\$ 100 mil do formato anterior. A campanha também já distribuiu dois prêmios especiais de R\$ 1 milhão, em 2018 e 2019.



Veículo: Diário do Sudoeste da Bahia	Página: Online
Data: 29/06/2020	Caderno: --



## Sorteios da Nota Premiada Bahia voltam em julho: a partir do dia 20

Postado em 29 de junho de 2020 em [Bahia](#), [Destques](#)



Boa notícia para quem se acostumou a incluir o CPF na nota fiscal na esperança de ser contemplado pela sorte na Nota Premiada Bahia: as 91 premiações mensais, das quais uma de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil, estarão de volta agora em julho, após interrupção temporária devido à suspensão, pela Caixa Econômica Federal (CEF), dos sorteios da Loteria Federal, dos quais é extraído o número da sorte para definição dos bilhetes premiados. Com o anúncio da volta da Loteria Federal, a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA), responsável pela Nota Premiada Bahia, já definiu a data para retorno dos sorteios locais: 20 de julho.

De acordo com a Sefaz-BA, os 555 mil participantes da campanha de cidadania fiscal do governo baiano continuaram acumulando bilhetes ao inserirem o CPF na nota durante todo o período de suspensão, e estes permanecem válidos. Ainda segundo a Secretaria, em julho, agosto e setembro, os resultados serão conhecidos às segundas-feiras, por conta da decisão da CEF de só retomar os sorteios das quartas-feiras no final de setembro. Desta forma, a Nota Premiada Bahia só voltará em outubro a ter os sorteios mensais realizados no meio da semana, como de costume.

“Mesmo sem os sorteios, as pessoas continuaram participando, até porque continuou acontecendo normalmente o compartilhamento de notas com as entidades filantrópicas participantes do programa Sua Nota é um Show de Solidariedade”, observa o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitorio. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões que são distribuídos para as filantrópicas vinculadas ao programa, que tem hoje 534 entidades ativas.

### 586 contemplados

Para concorrer aos prêmios, basta inscrever-se no [www.notapremiadabahia.ba.gov.br](http://www.notapremiadabahia.ba.gov.br) e solicitar a inclusão do CPF cadastrado a cada compra em estabelecimentos emissores da Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) ou da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).

Em pouco mais de dois anos, a Nota Premiada Bahia já levou a sorte a 586 baianos, dos quais 379 moram na capital e 207 no interior. Desde dezembro de 2019, atendendo a pedidos endereçados via redes sociais ao governador Rui Costa, a Nota Premiada passou a distribuir mensalmente 91 prêmios, o que aumentou as chances de cada participante, em contraposição aos dez prêmios mensais de R\$ 100 mil do formato anterior. A campanha também já distribuiu dois prêmios especiais de R\$ 1 milhão.

A Nota Premiada Bahia e o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade são iniciativas complementares: quem se inscreve na campanha de premiações deve escolher até duas instituições filantrópicas, uma da área de saúde e outra da área social, com as quais irá compartilhar todas as notas fiscais eletrônicas associadas ao CPF cadastrado.

Desde o início da campanha Nota Premiada Bahia, em janeiro de 2018, os pagamentos às entidades vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade já somam R\$ 31,8 milhões. Deste total, são R\$ 21 milhões em repasses relativos às sete etapas da fase atual – três de 2018, três de 2019 e a primeira deste ano. Outros R\$ 10,8 milhões correspondem à regularização de fases anteriores do programa.

## Estados melhoraram transparência em gastos emergenciais, aponta ONG

Para Transparência Internacional, ainda há espaço para aperfeiçoar divulgação das informações

Por **Gabriel Vasconcelos** — Do Rio

30/06/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

---

Estados e capitais aperfeiçoaram o grau de transparência das contratações emergenciais relacionadas à pandemia de covid-19 neste mês, segundo o escritório brasileiro da ONG Transparência Internacional (TI).

Em junho, nenhuma unidade da federação foi avaliada como “ruim” e, entre as capitais, só Porto Velho foi reprovada. O Estado de São Paulo, que figurou em penúltimo lugar do ranking no primeiro relatório, agora surge com o status “ótimo”, em 12º lugar com Amazonas e Rio Grande do Sul.

A TI avaliou se há divulgação dos contratos de compra de insumos e contratação de serviços relacionados ao combate à covid-19 e como essa divulgação acontece. Para isso, atribuiu notas de 0 a 100, que são a soma de um gabarito com 34 itens dotados de diferentes pesos. Acima de 80 pontos o nível é ótimo. Depois, a cada faixa de 20 pontos, o nível é rebaixado a bom, regular, ruim e péssimo.

Foram avaliados desde aspectos mais abrangentes, como a existência de portal exclusivo para a exposição desses contratos - conforme recomenda o Tribunal de Contas da União (TCU), até critérios de didatismo, passando pela presença de dados detalhados e existência de legislação local para gasto público.

“Antes, o governo de São Paulo tinha um site que informava despesas genericamente, e isso significa desde pagamento de pessoal até contratos para insumos, tudo junto sem detalhes. Agora, criou dois painéis adicionais com informações específicas sobre os contratos emergenciais, como o local de execução, descrição de objeto, valores e prazos dos contratos, além da íntegra dos processos administrativos que os originaram”, explica o analista responsável pela pesquisa, Guilherme France.

Ao todo, 12 Estados migraram para as categorias “bom” e “ótimo”. O Espírito Santo se confirmou na liderança com pontuação máxima, seguido por Ceará e Distrito Federal, empatados. No fim da lista estão os governos de Rio de Janeiro, Bahia e Roraima nesta ordem. Os dois últimos são os únicos com desempenhos considerados regulares.

Do lado das capitais, 15 cidades foram alçadas a “bom” e “ótimo”. Com 100 pontos, a prefeitura de João Pessoa é mais transparente do Brasil, à frente de Manaus, Macapá e Vitória, que superaram a faixa dos 90 pontos. As duas maiores cidades do país, São Paulo e Rio, surgem em oitavo e 11º lugar.

Na visão de France, o ranking e a exposição das deficiências funcionaram enquanto mecanismo de pressão. “Fomos procurados por 40 dos 53 governos e prefeituras. Apresentamos sugestões em trocas de e-mails e, em alguns casos, chegamos a fazer reuniões de cooperação técnica”.

Ele observa que, assim como na avaliação anterior, não foi o tamanho do orçamento que pesou no desempenho, e sim o grau de organização e compromisso das administrações com a divulgação de informações. “Os bons resultados de Rondônia ou das prefeituras de João Pessoa e Macapá mostram isso.”

Embora elogie os avanços na transparência dos gastos ligados à pandemia, France afirma que ainda há espaço para melhora, visto que só dois entes gabaritaram as avaliações. A próxima verificação acontece no fim de julho.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 29/06/2020	Caderno: Notícias



Segunda, 29 de Junho de 2020 - 19:40

## ***STF forma maioria e considera inconstitucionais leis que reestruturam fisco na Bahia***



O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria na última sexta-feira (26) para considerar inconstitucionais dispositivos de leis estaduais da Bahia que tratam da carreira de servidores públicos da administração tributária estadual. O julgamento teve início no dia 19 deste mês.

O resultado influencia na 11.470/2009, sancionada pelo então governador Jaques Wagner (PT). Em um dos trechos, o texto versa sobre a possibilidade de agentes tributários ascenderem ao posto de auditores fiscais, sem a realização de concurso.

A decisão da Suprema Corte vem após Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4233 ajuizada pelo DEM no mesmo ano de sanção da lei.

A relatora do caso é a ministra Rosa Weber, que votou pela inconstitucionalidade da matéria. Seguiram ela os ministros Edson Fachin, Ricardo Lewandowski, Carmem Lúcia, Marco Aurélio e Alexandre de Moraes. Gilmar Mendes pediu vistas, o que adiou a conclusão do julgamento da ação.

Veículo: Site A Tarde	
Data: 29/06/2020	Caderno: Economia

# A TARDE

Seg , 29/06/2020 às 00:00

## Contas públicas têm déficit recorde de R\$ 126,6 bilhões

PR Newswire

BRASÍLIA, Brasil, 29 June 2020 /PRNewswire Policy/ -- As contas públicas fecharam o mês de maio com saldo negativo de R\$ 126,6 bilhões, informou hoje (29), em Brasília, o Tesouro Nacional. O recorde no déficit primário, despesas maiores que as receitas, sem considerar no cálculo os gastos com juros, do governo central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) é explicado pelos efeitos da pandemia de covid-19 na economia. Em maio de 2019, o déficit primário ficou em R\$ 14,7 bilhões.

“O déficit de maio é explicado, principalmente, pela redução significativa na arrecadação, combinada com o aumento nas despesas do Poder Executivo decorrentes de medidas de combate à crise de covid-19, bem como da antecipação do pagamento do 13º de aposentados e pensionistas”, disse o Tesouro, em relatório.

Acrescentou que, em relação a maio de 2019, o resultado primário no mês passado foi influenciado pela redução real (descontada a inflação) de 41,6% na receita líquida e pelo crescimento real de 68% na despesa total.

A diminuição da receita líquida no mês decorre principalmente do adiamento do prazo para pagamento de tributos estimado de R\$ 29,9 bilhões e pela redução de R\$ 2,4 bilhões referente à diminuição do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) a zero em empréstimos. Esse imposto não será cobrado no período de abril a junho.

No caso das despesas, o Tesouro destaca as medidas de combate à crise gerada pela covid-19, que somaram R\$ 53,4 bilhões em maio.

“Destaque para o auxílio emergencial a pessoas em situação de vulnerabilidade social (R\$ 41,1 bilhões), o Benefício Especial de Manutenção do Emprego e Renda (R\$ 6,5 bilhões) e as despesas adicionais do Ministério da Saúde e demais ministérios (R\$ 4,4 bilhões)”, explicou o Tesouro.

O órgão também destacou que os benefícios previdenciários tiveram crescimento de 54,2% em termos reais (R\$ 26,2 bilhões) devido, principalmente, à antecipação do pagamento de 13º de aposentadorias e pensões.

Resultado acumulado

De janeiro a maio, o déficit primário chegou a R\$ 222,5 bilhões, ante um déficit de R\$ 17,5 bilhões no mesmo período de 2019. “Em termos reais, no acumulado até maio, a receita líquida anotou redução de 15,9%, enquanto a despesa cresceu 20,8%”, ressaltou o Tesouro.

Nesse período, o adiamento de pagamento de tributos é estimado em R\$ 65 bilhões, enquanto a diminuição do IOF - Imposto Sobre Operações Financeiras - totalizou R\$ 3,9 bilhões.

Segundo o Tesouro, do lado da despesa, até maio de 2020, os gastos realizados com as medidas de combate à crise gerada pela covid-19 somaram R\$ 113,8 bilhões, de um total de R\$ 404,2 bilhões aprovados até o fim de junho.

“É importante destacar que os programas de combate aos efeitos econômicos e sociais da covid-19 são temporários, com execução concentrada no trimestre de abril a junho”, finalizou o Tesouro.

Fonte: Agência Brasil - Empresa Brasil de Comunicação S/A - EBC

Veículo: A Tarde	Caderno: Especial
Data: 30/06/2020	Página: A6

## Sesab nega irregularidades na gestão do Espanhol

### DA REDAÇÃO

Após recomendações dos Ministérios Público do Estado (MP-BA) e Federal (MPF), a Secretaria de Saúde da Bahia (Sesab) emitiu nota ontem afirmando que não há sobrepreço, nem outras irregularidades no contrato com o Instituto Nacional de Amparo à Pesquisa, Tecnologia e Inovação na Gestão Pública (INTS), responsável pela gestão do Hospital Espanhol. A unidade de saúde localizada na Barra, em Salvador, é referência na assistência aos pacientes com diagnóstico de Covid-19.

De acordo com a nota, os R\$ 478.325,85 mencionados na recomendação entregue pelos MPs referem-se à vigência total do contrato e vêm sendo glosados – ou seja, não pagos. “Todas as modalidades licitatórias possuem ampla publicização, inclusive em jornais de

grande circulação, além do Diário Oficial do Estado”. Em relação aos cuidados dos 737 pacientes que já foram atendidos no Hospital Espanhol, acrescenta a Sesab, “não há evidências de subdimensionamento das equipes, nem desassistência de qualquer natureza”. A Procuradoria Geral do Estado (PGE) vai se manifestar formalmente sobre as questões pontuadas pelos órgãos de fiscalização, conforme o documento. Os MPs recomendam a não renovação do contrato.



**COVID-19** O emprego formal registrou, em maio, o terceiro mês seguido de desempenho negativo

# BRASIL FECHA 331,9 MIL POSTOS COM CARTEIRA ASSINADA

**WELLTON MÁXIMO**

Agência Brasil, Brasília

Prejudicado pela crise econômica gerada pela pandemia do novo coronavírus (Covid-19), o emprego formal registrou, em maio, o terceiro mês seguido de desempenho negativo. Segundo dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), da Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia, 331.901 postos de trabalho com carteira assinada foram fechados no último mês. O indicador mede a diferença entre contratações e demissões.

Apesar do encolhimento do emprego formal, houve melhora em relação a abril, quando haviam sido fechados 860.503 postos. A retração de empregos totaliza

1.144.118 de janeiro a maio.

## Por setor

Na divisão por ramos de atividade, quatro dos cinco setores pesquisados fecharam empregos formais em maio.

## Na divisão por atividades, quatro dos cinco setores pesquisados fecharam empregos formais em maio

A estatística foi liderada pelos serviços, com a extinção de 143.479 postos, seguido pela indústria (de transformação, de extração e de outros tipos), com 96.912 postos a menos. Em terceiro lugar vem o comércio, com o fechamento de 88.739 postos de trabalho.

O nível de emprego diminuiu na construção civil com o fechamento de 18.758 postos. Somente o grupo que abrange agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura criou empregos com carteira assinada no mês passado, com a contratação de 15.993 pessoas.

Nos serviços, a extinção de empregos foi puxada pelo segmento de alojamento e alimentação (que engloba hotéis e restaurantes), com o fechamento de 54.313 postos

formais. A categoria de serviços de informação, comunicação e atividades financeiras, atividades imobiliárias, profissionais e administrativas fechou 37.687 vagas.

Na indústria, o destaque negativo ficou com a indústria de transformação, que demitiu 94.236 trabalhadores a mais do que contratou. Em segundo lugar ficou a indústria de água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação, que fechou 2.209 vagas.

## Por região

As novas estatísticas do Caged, apresentadas desde o mês passado, não detalham as contratações e demissões por segmentos do comércio. A série histórica anterior separava os dados do comércio atacadista e varejista.

Todas as regiões brasileiras extinguíram empregos com carteira assinada em maio. O Sudeste liderou o fechamento de vagas, com 180.466 postos a menos, seguido pelo Sul, com menos 78.667 postos, e pelo Nordeste, com menos 50.272 postos. O Centro-Oeste fechou 12.580 postos de trabalho, e o Norte extinguiu 10.151 postos formais no mês passado.

Na divisão por unidades da Federação, apenas o Acre registrou saldo positivo, com a criação de 130 vagas com carteira assinada. As maiores variações negativas ocorreram em São Paulo, com o fechamento de 103.985 postos; Rio de Janeiro, 35.959 postos; Minas Gerais, 33.695 postos; e Rio Grande do Sul, 32.106 postos de trabalho.

## Apenas 15% das pequenas empresas obtiveram crédito

**LETYCIA BOND E ANA CRISTINA CAMPOS**

Agência Brasil, São Paulo e Rio de Janeiro

Entre 7 de abril e 2 de junho, cerca de 6,7 milhões de empresários tentaram obter crédito para manter pequenos negócios, mas apenas 1 milhão (15%) conseguiu os recursos, aponta levantamento elaborado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV).

No início da pandemia de Covid-19, 30% dos pequenos empresários buscaram algum tipo de crédito, taxa que subiu para 39% ao final da análise, composta a partir de respostas fornecidas por 7,703 empresários de 26 estados e do Distrito Federal.

A principal razão (19%) para que não tenham tido êxito junto aos bancos foi o CPF negativado, o que indica que uma pessoa está inadimplente. Ter "nome sujo" no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (Cadin) ou no Serasa foi a justificativa apresentada por 11% das instituições financeiras ao negar crédito, mesma proporção relativa à falta de garantias ou avalistas.

Ainda de acordo com o le-

vantamento, os bancos públicos, como Caixa e Banco do Brasil, foram as instituições mais procuradas pelos empresários. A maioria (41%) dos participantes da sondagem afirmou ter dívidas em aberto e em atraso, enquanto 32% declararam não ter dívidas e 27% disseram estar com o pagamento de débitos em dia.

### **Bônus de adimplência**

Na última quinta-feira (25), o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que as linhas especiais de crédito para empresas de menor porte poderão ter um bônus de adimplência. Na ocasião, ele reconheceu que a economia do país "bateu no fundo do poço".

No Brasil, os micro e pequenos empreendimentos equivalem a 99% do empresariado e respondem por mais de 52% dos trabalhadores com carteira assinada do setor privado.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse ontem que se o crédito não chegar às micro, pequenas e médias empresas, a queda da economia brasileira vai ser pior do que a projetada para este ano. O Banco Central prevê queda de 6,4% da economia em 2020.

**RESPIRADORES** Operação já prendeu dono de uma das empresas envolvidas

## “NÃO VI FALHAS, VI PESSOAS DE MÁ FÉ”, DIZ JOÃO LEÃO



VICTOR ROSA

Com a Operação Ragnarok e a prisão do empresário Paulo de Tarso Carlos, dono da Bioenergy, uma das empre-

sas envolvidas na compra fraudada de respiradores pelo Consórcio Nordeste, o vice-governador da Bahia, João Leão (PP), informou, na manhã de ontem, durante entrevista ao 'Isso é Bahia', na rádio A TARDE FM, que não viu falha do governo, mas má fé do empresário ao vender equipamentos fraudados.

"Eu não vejo falha nessa história, na compra dos res-

piradores. Vi pessoas de má fé que fizeram isso. É normal que qualquer pessoa que quisesse resolver esse problema agisse com a pressa natural que é necessária para combater o coronavírus e salvar vidas", disse Leão, que também está à frente da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do estado (SDE).

Segundo João Leão, os empresários envolvidos na fraude teriam ficado com raiva da SDE, já que a pasta teria se recusado a assinar o protocolo de concessão para uma fábrica de respiradores na Bahia sem que os equipamentos passassem por testes e sem autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

"A primeira providência



Eurilino Camari / Ag. A TARDE

Vice-governador praticamente descartou risco da investigação atingir o governo

que fizemos foi mandar testar os respiradores e eles queriam assinar o protocolo antes do

teste e eu não aceitei, quando foram testados apresentaram dez problemas no projeto", alegou o vice-governador.

Quando questionado sobre a possibilidade de a operação Ragnarok afetar o Governo, João Leão afirmou ter "certeza quase absoluta" que isso não iria ocorrer.

"O que aconteceu foi que teve a pressa de se comprar os equipamentos. O gover-

nador Rui Costa nem estava envolvido nisso, tem uma equipe que cuidou desta

compra", alega.

"Temos que lembrar que, antes, tínhamos comprado respiradores da China, que foram sequestrados ao passar pelos Estados Unidos. O governo americano tomou todos os respiradores, por isso a pressa", afirmou.

**Entenda o caso**

A ação, batizada de Ragnarok, investiga esquema de

fraude na venda dos equipamentos, que seriam usados em leitos de UTI para

pacientes com coronavírus. O Consórcio Nordeste comprou 300 equipamentos, com cada um custando R\$ 160 mil. A Bahia desembolsou o maior valor entre os estados nordestinos, já que adquiriu a maior quantidade de ventiladores - 60 no total -, enquanto os outros estados compraram 30, cada.

O governo da Bahia che-

**“O governador Rui Costa nem estava envolvido nisso, tem uma equipe que cuidou desta compra”**

JOÃO LEÃO, vice-governador

gou a cogitar a assinatura de um protocolo de intenções com a Bioenergy, no início de maio, para instalação de uma fábrica de respiradores no estado. Mas João Leão informou, na ocasião, que a parceria só seria fechada quando a empresa obtivesse autorização da Anvisa para fabricar os ventiladores, o

que não ocorreu.

A operação, coordenada pela Secretaria da Segurança Pública da Bahia (SSP-BA), através da Superintendência de Inteligência, teve participação da Polícia Civil da Bahia, através da Coordenação de Crimes Econômicos e Contra Administração Pública, da Polícia Civil de SP, do Distrito Federal e do Ministério Público da Bahia.

# Satélite



## Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR



jairo.junior@redebahia.com.br



@satelite

**●● Já estamos em Brasília, em contato com os deputados, para deixá-los quebradeira geral que vem por aí. É preciso decisão urgente para evitar o caos fiscal nos municípios**  
**Eures Ribeiro**

Presidente da União dos Municípios da Bahia, ao cobrar a prorrogação dos repasses federais para compensar perdas do Fundo de Participação dos Municípios até dezembro

## Casa mais distante

Relator dos casos da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin se posicionou contra a ida do ex-ministro Geddel Vieira Lima para prisão domiciliar, solicitada pela defesa devido a eventuais riscos de contrair covid-19 no Complexo Penitenciário da Mata Escura. O voto de Fachin foi apresentado em julgamento virtual realizado pela Segunda Turma do STF na sexta-feira passada, mas a íntegra só foi divulgada ontem. "Ainda que o ora agravante seja considerado idoso e portador de comorbidades que o incluam no denominado grupo de risco em caso de contaminação pelo coronavírus, tal circunstância não lhe confere o direito subjetivo à prisão domiciliar", destacou o relator em seu voto.

### SOB CONTROLE

Fachin afirmou ainda que, apesar de testes positivos em três pessoas vinculadas ao Centro de Observação Penal, unidade onde Geddel cumpre pena por lavagem de dinheiro no caso do bunker de R\$ 51 milhões, a administração do sistema prisional no estado mantém esforços para evitar a propagação do vírus.

## Tom maior

Com base no mesmo entendimento adotado pelo ministro Edson Fachin, a Procuradoria-Geral da República também se manifestou contra a concessão do regime domiciliar para Geddel. Com duas posições pela rejeição do pedido, auxiliares de ministros da Corte acham que a tendência deve se repetir nos votos da maioria dos outros quatro integrantes da Segunda Turma.

## Rede de arrasto

Deputados baianos próximos ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), garantem que ele aumentou de modo substancial o número de votos favoráveis à proposta de adiar o primeiro e segundo turnos da eleição para os dias 15 e 29 de novembro, respectivamente. Um dos principais focos de resistência, a bancada do Republicanos, foi quebrado ontem, segundo apurou a Satélite.

## Terra à vista

Em conversa com os aliados da Bahia no início da noite de segunda, Maia admitiu que ainda falta muito chão para conseguir o mínimo de 308 votos favoráveis a PEC, mas afirmou que a distância caiu bastante nas últimas horas.

## Faca amolada

O secretário municipal de Gestão, Thiago Dantas, já cumpriu 85% da meta de corte de gastos e redução de contratos em 180 dias, imposta pelo prefeito ACM Neto (DEM) em maio para enfrentar a crise desencadeada pela pandemia. "Fizemos um trabalho intenso de renegociações com fornecedores e de enxugamento de despesas. Economizamos cerca de R\$ 85 milhões. Até o começo de outubro, temos mais R\$ 15 milhões para reduzir", disse.

## Caso ou acaso

Candidata do PT na capital, a major Denice Santiago terá como slogan de campanha "Salvador, mãe de todos". O mote é quase cópia do que a deputada Lídice da Mata (PSB) usou nas últimas vezes em que disputou a prefeitura: "Cidade mãe", nome do projeto criado em sua gestão (1993-1996).

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 30/06/2020	Página:

# Correio\*

BAHIA

## MP e MPF apontam sobrepreço na gestão do Espanhol

**ESTADO** O Ministério Público Federal e o Ministério Público da Bahia emitiram, ontem, uma recomendação para que o governo estadual não prorrogue o contrato com o Instituto Nacional de Amparo à Pesquisa, Tecnologia e Inovação na Gestão Pública (INTS), atual responsável pela administração do Hospital Espanhol, que atende pacientes com covid-19.

O MPF e o MP-BA apontaram que houve superfaturamento de R\$ 478,3 mil e indicou que o contrato seja alterado para reduzir o valor. O hospital reabriu como unidade de campanha em 22 de abril.

O acerto entre o INTS e o governo do estado vai até 3 de outubro, e os MPs deram prazo de 10 dias para que o Estado se manifeste.

**478,3**  
mil reais é o valor incluído no total do contrato indevidamente, segundo o Ministério Público Federal e o Estadual

O governo do estado diz que não houve sobrepreço e informa que a Procuradoria Geral do Estado (PGE) irá se manifestar sobre as questões pontuadas pelos órgãos.

Entre as irregularidades apontadas estão problemas "na prestação do serviço, graves erros de gestão, falhas no atendimento a pacientes e familiares, ausência de treinamento e protocolo de atribuições dos funcionários, além de indícios de subdimensionamento das equipes de UTI".

Para os ministérios, a concorrência para administração do espaço foi prejudicada. Os MPs entenderam que, diante da grande quantidade de organizações sociais na Bahia, a oferta de um contrato de quase R\$ 30 milhões com o governo deveria alcançar um maior número de interessados. Mas só houve apenas dois dias úteis para elaboração de propostas e só

três instituições manifestaram interesse.

As investigações apuraram, ainda, diversas falhas no atendimento, o que avaliaram como "resultado de má gestão, quadro de servidores insuficiente e ausência de treinamentos específicos - que provocaram prejuízos a pacientes e familiares e foram amplamente divulgadas na mídia". O CORREIO foi um dos veículos que noticiaram o extravio de corpo de uma paciente que faleceu na instituição.

Em nota, o governo afirmou que "não há sobrepreço, nem quaisquer outras irregularidades no contrato entre a Sesab e INTS". A administração estadual disse que os R\$ 478,3 mil mencionados referem-se à vigência total do contrato e "vêm sendo glosados, ou seja, não pagos". Segundo a Sesab, 737 pacientes já foram atendidos no hospital.

## Bahia perde 17 mil vagas de carteira assinada em maio

**MERCADO DE TRABALHO** A Bahia encerrou 17.033 postos de trabalho com carteira assinada em maio deste ano, segundo informações do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged) divulgados ontem pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). Os dados do Novo Caged são do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), do Empregador Web e do antigo Caged. O resultado decorre da diferença entre 24.664 admis-

### 24.664

**pessoas foram admitidas em vagas com carteira assinada na Bahia, em maio deste ano. Outros...**

### 41.697

**trabalhadores foram desligados de seus postos por conta do agravamento da crise econômica diante do cenário gerado pela pandemia do novo coronavírus e paralisação de várias atividades.**

sões e 41.697 desligamentos. A crise por conta do novo coronavírus seria a principal causa das demissões.

Em todo o país, 331.901 postos de trabalho com carteira assinada foram fechados no último mês. Segundo os dados do Novo Caged, o emprego formal registrou, em maio, o terceiro mês seguido de desempenho negativo. Desde o começo da pandemia, o país já perdeu 1,1 milhão de postos formais.

Diferentemente do que predomina na série histórica de maio (2010-2020), o resultado negativo na Bahia ficou muito abaixo do verificado em maio de 2019, quando 2.540 postos de trabalho foram criados, sem as declarações fora do prazo. O resultado, no entanto, ainda é melhor do que o registrado em abril deste ano, quando 32.482 postos fecharam.

Em maio deste ano, a Bahia ocupou a nona posição em relação à geração de posições celetistas dentre os estados nordestinos e a 21ª dentre os estados brasileiros.

A crise se desdobrou por todo o país e exceto o Acre (+130 postos), todos os outros estados fecharam postos com carteira assinada.

No Nordeste, a Bahia foi acompanhada pelo Ceará (-9.476 postos), Pernambuco (-6.952 postos), Sergipe (-3.410 postos), Paraíba (-3.405 postos), Piauí (-3.359 postos), Rio Grande do Norte (-3.027 postos), Alagoas (-2.372 postos) e Maranhão (-1.238 postos).

O resultado para o acumulado do ano (-56.218 postos) exhibe, no estado, os efeitos da epidemia, que também atingiu a região nordestina (-248.635 postos) e o país (-1.144.875).

## Contas do governo federal têm rombo de 126,6 bilhões de reais

**EFEITO COLATERAL** O caixa da União registrou déficit primário de 126,6 bilhões de reais em maio, o pior resultado da série histórica, iniciada em 1997. O resultado é mais um efeito colateral da crise provocada pela pande-

mia do novo coronavírus.

O resultado é o pior registrado para qualquer mês desde o início dos registros. Em abril, o país teve um déficit de 92,9 bilhões de reais.

Os dados acumulados entre janeiro e maio apontam

déficit primário de 222,5 bilhões de reais frente ao rombo de 17,5 bilhões, no ano passado. Comparando apenas os dois meses de maio, em 2019 o país teve déficit de R\$ 14,7 bilhões.

Segundo o Tesouro Nacio-

nal, no acumulado de 12 meses, o rombo é de R\$ 330m5 bilhões, 4,14% do PIB (Produto Interno Bruto) do país.

A projeção até o fim deste ano também é bastante pessimista. O país teve ter um déficit de R\$ 676 bilhões.

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 30/06/2020	Página:

# Correio\*

## ECONOMIA

### CAIXA COMEÇA A PAGAR NOVO SAQUE EMERGENCIAL DO FGTS

**BENEFÍCIO** A Caixa iniciou, ontem, o pagamento do saque emergencial do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para 4,9 milhões de trabalhadores nascidos em janeiro. Nessa primeira etapa, o total de recursos liberados soma mais de R\$ 3,1 bilhões. No total, serão liberados mais de R\$ 37,8 bilhões, para aproximadamente 60 milhões de trabalhadores em todo o país.

**CULPA DO VÍRUS** Autoridades sanitárias da China suspenderam a autorização de exportação de três frigoríficos do Brasil, depois que algumas unidades registraram casos de coronavírus entre seus funcionários. A informação foi confirmada ontem, em nota, pelo Ministério da Agricultura.

Ainda de acordo com a nota da pasta, quatro frigoríficos do país tiveram as exportações interrompidas devido à pandemia. No entanto, em uma delas, do grupo JBS, a interrupção ocorreu por iniciativa do governo

## China suspende importações de três frigoríficos do Brasil

### 4

frigoríficos estão impedidos de exportar, mas um deles foi bloqueado pelo próprio governo brasileiro

brasileiro, depois de uma decisão judicial que interditiu pela segunda vez a filial de Passo Fundo (RS). O motivo da interdição foi a falta de controle da covid-19 entre funcionários da empresa.

Na lista de suspensões feitas pelo governo chinês, duas das empresas são dedi-

cadadas ao abate de bovinos no estado do Mato Grosso: Marfrig, de Várzea Grande, com capacidade de abate de 80 cabeças por hora; e a Agra Agroindustrial, com capacidade de processamento de até 40 cabeças por hora, que fica em Rondonópolis.

As autoridades chinesas também suspenderam a autorização de exportação da Minuano, que fica em Lajeado (RS) e tem capacidade de abate de três mil aves por hora de operação. O Ministério da Agricultura disse ainda que busca resolver a situação com os chineses

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 30/06/2020	Página:

# Correio\*

## DEPUTADOS RETOMAM VOTAÇÃO DE MP HOJE

**EMPRESAS** O Plenário da Câmara dos Deputados vai retomar hoje a análise da Medida Provisória 944/20, que concede uma linha de crédito especial para pequenas e médias empresas pagarem sua folha de salários em meio à crise decorrente do coronavírus. A MP é o item único da primeira sessão de hoje, marcada para as 13h55. Os deputados votarão os destaques que podem modificar o projeto de lei de conversão do relator da medida provisória, deputado Zé Vitor (PL-MG).



# Tribuna

## Leitos

Mais de R\$ 8 milhões serão investidos pelo Governo da Bahia na contratação de 40 leitos dedicados ao coronavírus (Covid-19) no Extremo Sul do estado, sendo 20 de UTI. O Hospital das Clínicas de Eunápolis foi requisitado administrativamente pela prefeitura e fortalecerá a rede assistencial na região. Os leitos estarão disponíveis nos próximos dias.

## Multas

Até 18 de junho, o Tribunal de Contas do Estado da Bahia encaminhou à Procuradoria-Geral do Estado (PGE), para execução judicial, certidões de débitos que atingem um total de R\$ 9.781.889,20, além de ter aplicado multas no valor de R\$ 1.561.579,37 e imputado débitos (recursos que devem ser devolvidos aos cofres públicos estaduais), no montante de R\$ 4.566.516,03. Entre 18 de março e 11 de maio, foi recolhido, voluntariamente, o montante de R\$ 91.070,73, referentes a multas aplicadas e débitos imputados, bem como foram encaminhadas para fins de protesto extrajudicial certidões de débito que perfazem o valor de R\$ 342.955,74.

## PAULO ROE

### Com Bolsonaro ninguém segura

ma semana de

## Recomendação

Os Ministérios Público do Estado da Bahia (MP-BA) e Federal (MPF) expediram, ontem, recomendações conjuntas para o secretário de Saúde do Estado da Bahia e o Instituto Nacional de Amparo à Pesquisa, Tecnologia e Inovação na Gestão Pública (INTS), contratado para gerir o Hospital Espanhol até o próximo 3 de outubro. Os MPs recomendam a não renovação do Contrato nº 051/2020, além da sua alteração para reduzir em R\$ 478.325,85 o seu valor total. O prazo para manifestação é de dez dias, a contar do recebimento das recomendações.

## Calamidade I

Assembleia Legislativa da Bahia aprovou ontem a prorrogação do estado de calamidade, por mais 90 dias, em 381 municípios da Bahia, por conta da pandemia da Covid-19. Também foram aprovados seis novos projetos de decretos legislativos municipais solicitando o reconhecimento do "estado de calamidade pública" em Mansidão, Potiraguá, Novo Triunfo, Mundo Novo, Maracás e Buritirama. "O reconhecimento do estado de calamidade permite aos municípios a realocação do orçamento em áreas consideradas estratégicas no combate à Covid-19, flexibilizando as metas fiscais municipais", disse o presidente da AL-BA, deputado Nelson Leal.



Nelson Leal

## Calamidade II

O deputado Marquinho Viana (PSB) votou a favor da renovação do decreto de calamidade pública para os municípios, até 30 de dezembro próximo. Ele pediu uma questão de ordem para relatar que alguns gestores municipais não estão utilizando os recursos para o enfrentamento da Covid-19, mas, ao contrário, estão fazendo uso do decreto de calamidade pública para alugar veículos e contratar pessoas com a finalidade de garantir votos para sua reeleição. "Estamos atentos, acompanhando todo e qualquer desvio de recursos, e prontos para denunciar ao Ministério Público. É impossível concordar que a população fique à revelia nesta pandemia, com os gestores utilizando os recursos públicos para interesses eleitoreiros", disse o parlamentar.



Marquinho Viana

## Preocupação

O prefeito de Feira de Santana, Colbert Martins (MDB), rebateu a "preocupação suspeita" do secretário de Saúde (Sesab), Fábio Vilas-Boas, e cobrou do Governo do Estado a inauguração do Hospital Clériston Andrade, que tem sido constantemente adiada. Sobre a crítica do secretário à reabertura parcial e de forma escalonada do comércio, Colbert ressaltou que a retomada das atividades econômicas na cidade tem ocorrido com base em critérios técnicos e científicos.

## TCU atrasa obra importante para o desenvolvimento da Bahia

LÍCIO FERREIRA  
REPORTER

**H**á cinco anos o Tribunal de Contas da União (TCU) vem atrasando o caminho do desenvolvimento da Bahia por não se definir pelo processo de licitação das obras da Ferrovia de Integração Oeste Leste (Fiol). E, nesta luta para destravar a situação, a última investida foi do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) que encaminhou ofício, no último dia 24, ao ministro Aroldo Cedraz, relator do processo, que é pré-requisito para a conclusão das obras do trecho 1, entre Ilhéus e Caetité.

Além do Ibram, o ministro Cedraz já recebeu ofícios do vice-governador e secretário de Desenvolvimento Econômico, João Leão; dos presidentes das federações baianas das Indústrias (Ricardo Alban), Agricultura (Humberto Miranda) e Comércio (Carlos Andrade) e, óbvio, do presidente da Companhia Baiana de Pesquisas

Minerais, Antonio Carlos Tramm. "O Ministério já entregou toda a documentação exigida. Esperamos a liberação do processo para que a licitação seja aberta".

Na entrevista, nesta segunda-feira 29, Tramm nos disse, por telefone: "A Fiol é um instrumento de logística e independência da Bahia. Há dez anos, que essa luta pela ferrovia se arrasta. Finalmente a Fiol saiu das prateleiras e entrou em evidência. Ela e o Porto Sul são ferramentas imprescindíveis e indispensáveis para a Bahia como solução econômica nesse século XXI", pontua.

### QUARENTA MUNICÍPIOS

Nascida no Mato Grosso, a Ferrovia de Integração Oeste Leste (Fiol) vai transportar mineiros de ferro e cruzará 40 municípios do estado da Bahia para desembocar no Porto Sul. "A primeira etapa (Fiol I) tem 75% das obras prontas entre os municípios de Ilhéus e Caetité. A Fiol II a partir de Barreiras até Caetité está em obras. Para completar precisa apenas da liberação da autorização do

Porto Sul. O Ministério de Infraestrutura já deu autorização para investir", antecipa Antônio Carlos Tramm.

Nesse caminho, pelo interior da Bahia, a Fiol percorre outras jazidas minerais além de ferro e ainda áreas agrícolas de forte potencial. Como a Bahia importa muitos fertilizantes para essa região, a ferrovia vai levar toda essa carga para os empresários do agronegócio a partir do Porto Sul. "Os vagões vão descer cheio de minérios produtos agrícolas e voltar cheio de fertilizantes", antecipa o presidente da CBPM.

### FERROVIA FORTE

Antônio Carlos Tramm disse, ainda, que a partir da sua integração a ferrovia ficará cada vez mais forte, uma vez que outras empresas além da Bamin (a principal investidora) vão abrir suas jazidas e desfrutar da logística. "O cálculo que hoje se faz, em dois anos de atividades, é que a Fiol vai transportar 20 bilhões de toneladas de minérios de ferro. E, no momento em que houver a certeza da licitação

liberada pelo TCU e também do Porto Sul, os demais empresários vão se habilitar para fazer a abertura de suas jazidas minerais".

Nas obras da Fiol II existe a possibilidade do Batalhão de Engenharia do Exército Brasileiro participar da construção de 20 km. Essa possibilidade partiu do ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, hoje, um dos mais fortes defensores do projeto, que vai ligar – quando finalizada – Ilhéus, na Bahia, até Figueirópolis, no Tocantins, beneficiando empresários dos setores mineral e agrícola. "Sabemos da importância dos projetos Fiol e Porto Sul, não apenas para a mineração, mas também para o desenvolvimento do Estado da Bahia.

## DEBATE

### Lídice propõe economia criativa como solução em Salvador



**A DEPUTADA** federal Lídice da Mata participou do seu primeiro grande evento como pré-candidata a prefeita de Salvador pelo PSB

A deputada federal Lídice da Mata participou do seu primeiro grande evento como pré-candidata a prefeita de Salvador pelo PSB. Batizada de Ciclo de Debates Salvador e Sua Gente, a iniciativa reuniu pré-candidatas e candidatos da legenda em um encontro online. No evento, a parlamentar alertou que a capital baiana ainda se destaca negativamente pelas desigualdades sociais, apesar de ter o nono maior PIB do Brasil. O seminário discutiu finanças públicas, emprego e renda e economia criativa na cidade.

Lídice destacou que o momento é de discussão dos caminhos para a geração de emprego e renda em

Salvador e sinalizou a atenção para os setores de cultura e turismo, que são os mais prejudicados com a pandemia. No entanto, ela acredita na importância do dinamismo da indústria criativa para a recuperação da economia da cidade e para a geração de postos de trabalho e de renda.

O integrante da Executiva Nacional do PSB e coordenador do site Socialismo Criativo, Domingos Leonelli alertou, que os mais ricos precisam se adaptar às mudanças mundiais. E que os capitais que formavam os investimentos das grandes indústrias, já não são capital físico. "O termo serviços precisa ser definido com mais clareza e que

possamos destrinchar a economia, a definir quais serviços são mais dinâmicos e quanto representam percentualmente em suas áreas", sugeriu.

Leonelli também citou a Reforma Trabalhista como necessária, mas não com as mudanças propostas pelos governos Temer e Bolsonaro. Ele corrobora e evidencia que a economia precisa de uma reforma trabalhista que proteja o trabalho e o trabalhador. E indica que são necessárias mudanças nas estruturas dos estados para atender as necessidades dos trabalhos intermitente e autônomo.

"Proteção do trabalho e dos trabalhadores; isso quem pode dar é o estado.

Isso tem uma relação direta com a Reforma Tributária no nível federal, estadual e municipal. Somos o único país que não cobramos impostos de dividendos. Precisamos avançar mais. A cultura tem um papel muito importante na economia de Salvador. Precisamos de um sistema tributário que estimule e inclua a redução tributária de setores essenciais na economia criativa. Assegure um planejamento capaz de unir as intervenções políticas, físicas, sociais, culturais e tecnológicas. Para reduzir as desigualdades, precisamos conhecer ainda mais o funcionamento econômico da cidade do Salvador e estimular os setores", concluiu. (HB)

# Tribuna

## Prefeito autoriza construção de mais dois trechos do BRT

POLIANA ANTUNES / REPÓRTER

**A** vida de quem precisa transitar pelas avenidas da capital baiana irá melhorar. Isso porque, a implantação dos corredores exclusivos do Bus Rapid Transit (BRT), já alcança mais dois trechos, um deles está localizado entre o Loteamento Cidade Jardim e a Estação da Lapa, e o outro vai ligar o Parque da Cidade até a Pituba. As ordens de serviço para início imediato das obras foram assinadas nesta segunda-feira (29) pelo prefeito ACM Neto, no canteiro central da ligação Garibaldi-Lucaia.

Segundo o prefeito, mesmo nesse período de

pandemia, a equipe se preocupa em não paralisar obras essenciais. "Uma delas é a do BRT. O ritmo da primeira etapa está bastante intenso e a ideia é de que, ainda este ano, possamos ter essa fase concluída, o que já começa a trazer funcionalidade para o projeto".

Durante a apresentação, ACM Neto informou que o segundo trecho terá extensão de 6,9 km, partindo do Hospital Aliança até a Estação da Lapa, incluindo a Avenida Vasco da Gama. As intervenções estão a cargo do Consórcio Engetec/PCE, com investimento de R\$203,7 milhões. As obras nesse trajeto têm previsão de conclusão no primeiro semestre de 2022.

De acordo com o gestor, a implantação do BRT também envolve obras complementares. Uma delas é a trincheira bidirecional que liga as avenidas Tancredo Neves e Magalhães Neto. Com investimento de quase R\$43 milhões, a intervenção é realizada através do Consórcio OAS/Future ATP, vencedora da licitação, com prazo de conclusão em 11 meses.

### AULAS NAS ESCOLAS

Na ocasião o prefeito ACM Neto anunciou que as aulas na rede particular e municipal de ensino, bem como nas universidades, cursos e autoescolas, seguem suspensas por mais 15 dias. Nesta terça (30), um dos decretos que vencem é justa-

mente o que prevê o fechamento das unidades de ensino como medida de proteção contra a pandemia do novo coronavírus.

"Não há condições as aulas voltarem nesse momento. Ainda não há segurança para isso", disse ACM Neto. Ele citou os dados de ocupação dos leitos clínicos e de UTI para pacientes com a Covid-19 na cidade, que estão em 75% e 80%, respectivamente. Na rede particular, esse percentual chegou ontem (28) a 76%.

ACM Neto anunciou, ainda, que deverá fazer hoje (30) uma coletiva com o governador Rui Costa para anunciar protocolos conjuntos de retomada de atividades, inclusive econômicas.

## Planos de saúde serão obrigados a cobrir testes de covid-19

O ESTADO DE S. PAULO

A Anvisa (Agência Nacional de Saúde Suplementar), do Ministério da Saúde, incluiu os testes para confirmação da infecção pelo novo coronavírus entre os procedimentos obrigatórios atendidos pelos planos de

saúde. A medida foi publicada nesta segunda-feira, 29, no Diário Oficial da União.

A Resolução Normativa 458 altera a norma 428, de 7 de novembro de 2017, que estabelecia o rol de procedimentos e eventos no âmbito da Saúde Suplementar. A nova orientação determi-

na a cobertura obrigatória e a utilização de testes sorológicos para a infecção pelo coronavírus (covid-19), em cumprimento a determinação judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública nº 0810140-15.2020.4.05.8300.

De acordo com a norma, os exames laboratoriais

passam a incluir a pesquisa de anticorpos IgA, IgG ou IgM em ambulatórios e hospitais nos casos de paciente que apresente o quadro clínico e sintomas da covid-19.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 29/06/2020	Caderno: Notícias



Segunda, 29 de Junho de 2020 - 21:25

## ***Estado vai abrir 40 novos leitos para pacientes com Covid-19 em Eunápolis***



O Hospital das Clínicas de Eunápolis foi requisitado administrativamente pela prefeitura e fortalecerá a rede assistencial na região. Um montante de mais de R\$ 8 milhões serão investidos pelo governo do estado na contratação de 40 leitos dedicados a pacientes acometidos com o coronavírus (Covid-19), 20 destes serão de UTI. Os leitos estarão disponíveis nos próximos dias.

Na avaliação do secretário da Saúde do Estado, Fábio Vilas-Boas, “o governador Rui Costa tem feito um esforço enorme para ampliar e descentralizar o atendimento aos pacientes mais graves com o diagnóstico positivo para coronavírus. Desde o início da pandemia na Bahia foram abertos mais de 2.200 mil leitos em todo o estado”.

Os municípios de Eunápolis, Porto Seguro e Teixeira de Freitas totalizarão 85 leitos entre clínicos e de Terapia Intensiva. Atualmente a taxa de ocupação dos leitos no Extremo Sul é de 25% no que tange os leitos clínicos e de 96% nas UTIs.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 29/06/2020	Caderno: Notícias



Segunda, 29 de Junho de 2020 - 20:02

## ***Bahia encerra mais de 17 mil postos de trabalho durante o mês de maio; interior lidera***

De acordo com boletim da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), o estado da Bahia encerrou, somente no mês de maio, 17.033 postos de trabalho. O número resulta da diferença entre 24.664 admissões e 41.697 desligamentos. A SEI tem como base os dados do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged) . A redução, de acordo com o boletim, está associada as consequências da pandemia do novo coronavírus.

Em maio de 2020, o estado ocupou a última posição em relação à geração de postos dentre os estados nordestinos e a 21ª dentre os estados brasileiros. Com a pandemia, a exceção do Acre, todos os estados fecharam postos. No Nordeste, a Bahia foi acompanhada pelo Ceará (-9.476 postos), Pernambuco (-6.952 postos), Sergipe (-3.410 postos), Paraíba (-3.405 postos), Piauí (-3.359 postos), Rio Grande do Norte (-3.027 postos), Alagoas (-2.372 postos) e Maranhão (-1.238 postos).

Com exceção dos Serviços domésticos, que não registrou saldo, e da Administração pública, que totalizou saldo positivo de 1.305 postos, todos os outros segmentos contabilizaram saldos negativos no mês de maio de 2020: indústria geral (-4.834 postos), Comércio (-4.176 postos), alojamento e alimentação (-3.796 postos), Informação, comunicação e outras atividades (-2.159 postos), construção (-1.703 postos), transporte, armazenagem e correio (-1.278 postos), agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (-206 postos) e outros serviços (-186 postos).

De acordo com a SEI, "analisando-se os dados referentes aos saldos de empregos distribuídos no estado em maio de 2020, constata-se perda de emprego na RMS e no interior. De forma mais precisa, na RMS foram fechados 7.435 postos e no interior 9.598 posições celetistas".

Quanto ao saldo de emprego acumulado no ano de 2020, enfatiza-se, novamente, na RMS (-30.613 postos) e no interior (-25.605 postos), o fechamento de postos de trabalho com carteira assinada.

Em maio de 2020, o município de Salvador fechou 4.129 postos celetistas e foi seguido por Camaçari (-1.337 postos) e Feira de Santana (-1.300). Nos primeiros cinco meses, Salvador registrou perda acumulada de 18.676 posições celetistas. O município foi acompanhado principalmente por Porto Seguro (-6.238 postos) e Feira de Santana (-4.099 postos).

Veículo: Bocão News	Política
Data: 30/06/2020	



*Política*

## *Câmara retoma análise de MP sobre crédito a pequenas e médias empresas*



30 de Junho de 2020 às 06:10 Por: Najara Araújo / Agência Camara Por: Agência Brasil  
0comentários

**ACâmara dos Deputados retoma nesta terça-feira (25) a análise da medida provisória (MP) que concede linha de crédito especial para pequenas e médias empresas pagarem a folha de salários durante a pandemia do novo coronavírus. Parlamentares precisam analisar propostas de mudanças ao texto.**

A medida é a única proposta em pauta na sessão. Assim que for concluída, a matéria segue para o Senado.

Editada pelo governo federal em abril, a MP 944/20 cria o Programa Emergencial de Suporte a Empregos. Pelo texto, o empregador beneficiado fica impedido de demitir funcionários sem justa causa, no período entre a contratação do empréstimo e até 60 dias após o recebimento da última parcela da linha de crédito.

### Recursos

O texto prevê uma linha de crédito de R\$ 34 bilhões para garantir o pagamento dos salários em empresas com receita anual entre R\$ 360 mil e R\$ 50 milhões. Segundo a proposta aprovada pelos deputados, em vez de dois meses previstos inicialmente, o empréstimo poderá financiar os salários e as verbas trabalhistas por quatro meses.

A medida prevê a liberação de até R\$ 2.090,00 (valor equivalente a duas vezes o salário mínimo por empregado) e será destinada ao processamento das folhas de pagamento.

Segundo texto, o governo federal responderá por 85% do dinheiro das operações, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Outros 15% serão de recursos dos bancos que atuarem no programa. As operações de empréstimo poderão ocorrer até 31 de outubro de 2020, em vez de 30 de junho, como previa a MP enviada pelo Executivo.

O relator da proposta, deputado Zé Vitor (PL-MG), aumentou o alcance das empresas que podem acessar o empréstimo para incluir sociedades simples, organizações da sociedade civil e empregadores rurais (pessoas físicas ou jurídicas). Originalmente, estavam incluídas apenas sociedades empresariais e sociedades cooperativas.



A taxa de juros será de 3,75% ao ano, com prazo para pagar de 36 meses e carência, incluída nesse prazo, de seis meses para começar a pagar a primeira parcela. Durante a carência, os juros serão contabilizados e incorporados às parcelas.

As linhas de crédito poderão ser utilizadas para acordos homologados perante a Justiça do Trabalho, cujo valor total não ultrapasse R\$ 15 mil.

### Folha de pagamento

O texto de Zé Vitor também retirou a exigência de que a folha de pagamento dos contratantes seja processada por instituição financeira. Em sua proposta, os empregadores ficam obrigados apenas a efetuar o pagamento de seus empregados por meio de transferência bancária para conta de titularidade do trabalhador.

“Tal exigência, segundo apuramos, deixaria de fora do programa grande número de empresas de pequeno porte, por exemplo, que não utilizavam o serviço de processamento de folha por meio de bancos”, explicou o parlamentar. “Essa inovação será benéfica tanto para os contratantes – que poderão manter suas rotinas atuais de processamento interno de folha salarial –, quanto para as instituições financeiras, que passarão a fiscalizar o cumprimento das exigências legais apenas com base na apresentação dos comprovantes de transferência bancária”, completou.

### Demissão por justa causa

O relator modificou o texto sobre a proibição para as demissões sem justa causa. Pela nova redação, a dispensa sem justa causa de empregados será permitida considerando a proporção do total da folha de pagamento que, por opção do contratante, tiver sido paga com recursos do programa.

Dessa forma, se a folha de pagamento tiver sido custeada com 50% de recursos, 50% dos funcionários podem ser demitidos. Essa proibição permanece por até dois meses após a liberação da última parcela da linha de crédito.

“Com isso, pretendemos dar maior flexibilidade aos contratantes, à vista, por exemplo, de peculiaridades próprias de cada atividade, a exemplo da sazonalidade de demanda”, argumentou o deputado Zé Vitor.

### **Dívidas trabalhistas**

Os deputados também incluíram na medida a possibilidade de utilizar os recursos para pagamento de verbas trabalhistas. Dessa forma, poderão ser feitos pagamentos referentes a condenações transitadas em julgado e decorrentes de acordos homologados pela Justiça do Trabalho.

O valor do débito com dívidas trabalhistas não poderá ultrapassar R\$ 15 mil. O texto inclui ainda a permissão para o pagamento de débitos relativos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Veículo: Bocão News	Economia E Mercado
Data: 29/06/2020	



## *Economia E Mercado*

### *Contas públicas têm déficit recorde de R\$ 126,6 bilhões*



29 de Junho de 2020 às 14:46 Por: Marcello Casal Jr/Agência Brasil Por: Agência Brasil

As contas públicas fecharam o mês de maio com saldo negativo de R\$ 126,6 bilhões, informou hoje (29), em Brasília, o Tesouro Nacional. O recorde no déficit primário, despesas maiores que as receitas, sem considerar no cálculo os gastos com juros, do governo central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) é explicado pelos efeitos da pandemia de covid-19 na economia. Em maio de 2019, o déficit primário ficou em R\$ 14,7 bilhões.

“O déficit de maio é explicado, principalmente, pela redução significativa na arrecadação, combinada com o aumento nas despesas do Poder Executivo decorrentes de medidas de combate à crise de covid-19, bem como da

antecipação do pagamento do 13º de aposentados e pensionistas”, disse o Tesouro, em relatório.

Acrescentou que, em relação a maio de 2019, o resultado primário no mês passado foi influenciado pela redução real (descontada a inflação) de 41,6% na receita líquida e pelo crescimento real de 68% na despesa total.

A diminuição da receita líquida no mês decorre principalmente do adiamento do prazo para pagamento de tributos estimado de R\$ 29,9 bilhões e pela redução de R\$ 2,4 bilhões referente à diminuição do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) a zero em empréstimos. Esse imposto não será cobrado no período de abril a junho.

No caso das despesas, o Tesouro destaca as medidas de combate à crise gerada pela covid-19, que somaram R\$ 53,4 bilhões em maio.

“Destaque para o auxílio emergencial a pessoas em situação de vulnerabilidade social (R\$ 41,1 bilhões), o Benefício Especial de Manutenção do Emprego e Renda (R\$ 6,5 bilhões) e as despesas adicionais do Ministério da Saúde e demais ministérios (R\$ 4,4 bilhões)”, explicou o Tesouro.

O órgão também destacou que os benefícios previdenciários tiveram crescimento de 54,2% em termos reais (R\$ 26,2 bilhões) devido, principalmente, à antecipação do pagamento de 13º de aposentadorias e pensões.

#### **Resultado acumulado**

De janeiro a maio, o déficit primário chegou a R\$ 222,5 bilhões, ante um déficit de R\$ 17,5 bilhões no mesmo período de 2019. “Em termos reais, no acumulado até maio, a receita líquida anotou redução de 15,9%, enquanto a despesa cresceu 20,8%”, ressaltou o Tesouro.

Nesse período, o adiamento de pagamento de tributos é estimado em R\$ 65 bilhões, enquanto a diminuição do IOF - Imposto Sobre Operações Financeiras - totalizou R\$ 3,9 bilhões.

Segundo o Tesouro, do lado da despesa, até maio de 2020, os gastos realizados com as medidas de combate à crise gerada pela covid-19 somaram R\$ 113,8 bilhões, de um total de R\$ 404,2 bilhões aprovados até o fim de junho.

“É importante destacar que os programas de combate aos efeitos econômicos e sociais da covid-19 são temporários, com execução concentrada no trimestre de abril a junho”, finalizou o Tesouro.

Veículo: G1	Economia E Mercado
Data: 29/06/2020	



## Mercado piora previsão para o PIB de 2020 e vê novo corte nos juros

Projeção de tombo da economia brasileira passou de 6,50% para 6,54%; analistas também passaram a prever nova redução da Selic, de 2,25% ao ano para 2%.

Por Bianca Lima, G1 — Brasília

29/06/2020 09h18 Atualizado há um dia

**Após uma trégua na semana passada**, os economistas do mercado financeiro voltaram a piorar as estimativas para o Produto Interno Bruto (PIB) de 2020.

A projeção passou de uma retração de 6,50% para 6,54%. Os analistas também passaram a prever um novo corte na taxa básica de juros, a Selic, que atualmente está em 2,25% ao ano. A nova estimativa é de que a taxa encerre 2020 em 2%.

Os números fazem parte do boletim de mercado, conhecido como relatório "Focus", divulgado nesta segunda-feira (29) pelo **Banco**

**Central (BC)**. O levantamento foi feito na semana passada e ouviu mais de 100 instituições financeiras.

O PIB é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país e serve para medir a evolução da economia.

A expectativa para o nível de atividade foi medida em meio à **pandemia do novo coronavírus**, que tem derrubado a economia global e colocado o mundo no caminho de uma recessão.

Em 13 de maio, o governo brasileiro **estimou uma queda de 4,7% para o PIB de 2020**, tendo como base a perspectiva de que as medidas de distanciamento social terminariam no fim de maio.

O **Banco Mundial prevê uma queda de 8% no PIB brasileiro** e o **Fundo Monetário Internacional (FMI) estima um tombo de 9,1%**.

Em 2019, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o **PIB cresceu 1,1%**. Foi o desempenho mais fraco em três anos. Nos três primeiros meses de 2020, foi **registrada uma retração de 1,5% na economia brasileira**.

Para o próximo ano, a previsão do mercado financeiro para o crescimento do PIB permaneceu estável em 3,50%.

## **Inflação abaixo de 2%**

Segundo o relatório divulgado pelo BC nesta segunda-feira, os analistas do mercado financeiro elevaram a estimativa de inflação para 2020, de 1,61% para 1,63%, .

Se a previsão for confirmada, será o menor patamar da inflação desde o início da série histórica do IBGE, em 1995. O menor nível já registrado foi em 1998 (1,65%).

A expectativa de inflação do mercado para este ano segue abaixo da meta central, de 4%, e também do piso do sistema de metas, que é de 2,5% neste ano.

Pela regra vigente, o IPCA pode oscilar de 2,5% a 5,5% sem que a meta seja formalmente descumprida. Quando a meta não é cumprida, o BC tem de escrever uma carta pública explicando as razões.

A meta de inflação é fixada pelo **Conselho Monetário Nacional** (CMN). Para alcançá-la, o Banco Central eleva ou reduz a taxa básica de juros da economia (Selic).

Para 2021, o mercado financeiro manteve em 3% sua previsão de inflação. No ano que vem, a meta central de inflação é de 3,75% e será oficialmente cumprida se o índice oscilar de 2,25% a 5,25%.

## **Novo corte nos juros**

O mercado também passou a prever um novo corte na taxa básica de juros da economia, **a Selic, que atualmente está em 2,25% ao ano**. A previsão dos analistas é de que a taxa caia para 2% até o fim de 2020. Para o fim de 2021, a expectativa permaneceu estável em 3% ao ano. Isso quer dizer que os analistas seguem estimando alta dos juros no ano que vem.

## **Outras estimativas**

- **Dólar:** a projeção para a taxa de câmbio no fim de 2020 continuou em R\$ 5,20. Para o fechamento de 2021, ficou estável em R\$ 5 por dólar.
- **Balança comercial:** para o saldo da balança comercial (resultado do total de exportações menos as importações), a projeção em 2020 foi elevada para US\$ 53 bilhões de resultado positivo. Para o ano que vem, a estimativa dos especialistas do mercado continuou em US\$ 55 bilhões de superávit.
- **Investimento estrangeiro:** a previsão do relatório para a entrada de investimentos estrangeiros diretos no Brasil, em 2020, foi



**reduzida para US\$ 57,50 bilhões. Para 2021, a estimativa dos analistas também foi cortada, para US\$ 72,5 bilhões.**

<b>Veículo: Política Livre</b>	
<b>Data: 30.06.2020</b>	<b>Caderno: Economia</b>



## **Cientista desenvolve estudo sobre Covid-19 na Bahia com foco em aspectos imunológicos dos pacientes**

### **BAHIA**

Foi no Laboratório de Virologia do Instituto de Ciências da Saúde, da Universidade Federal da Bahia (Ufba), que a PhD em virologia, Silvia Sardi, junto ao professor Gúbio Campos, esteve à frente de identificar vírus até então desconhecidos como Norovírus, Bocavírus e Zika vírus. Em busca de oferecer um diagnóstico mais preciso e auxiliar as autoridades sanitárias, ela lidera um projeto para criar um meio de detectar o Coronavírus, junto a outras doenças respiratórias simultaneamente. “Observamos que muitos casos não eram Covid-19 e o Laboratório Central de Saúde Pública (Lacen) precisa testar outros vírus respiratórios para definir um diagnóstico. No nosso trabalho, além de identificar se o paciente testa positivo ou não para Coronavírus, também diagnosticamos qual doença o atinge”, afirma Silvia.

Ela ressalta que os vírus respiratórios são os que mais afetam a população hoje em dia, mas é preciso saber o tipo de cepa viral, ou seja, a qual linhagem ele pertence – no caso do Coronavírus, o mesmo está enquadrado na SARS-CoV-2 – para saber qual

vírus circula no estado. “Um outro objetivo do estudo é contribuir para definir uma possível vacina junto a outros pesquisadores do Brasil e até mesmo avaliar se a vacina proposta tem cobertura para a nossa região”, destaca ao reiterar que desconhece outros grupos de pesquisa na Bahia que estudem o tema de maneira similar. “A colaboração é fundamental na ciência, por isso estamos trabalhando com outros pesquisadores que estudam o assunto. Somos conhecidos no ambiente científico por sermos abertos a colaborações, pois ao fazer uso de recursos públicos, precisamos estar abertos em prol de colaborar com a saúde pública”.

De acordo com Silvia, ao diagnosticar Covid-19 e outros vírus respiratórios em uma única testagem, torna-se mais viável definir o tratamento imediato ao paciente. “Queremos também responder outras perguntas sobre a resposta inflamatória que se desencadeia no indivíduo infectado. Essa abordagem multidisciplinar faz com que nossa pesquisa abranja o tema da maneira mais completa possível, a fim de entender melhor sobre os aspectos imunológicos”, disse. A equipe completa é integrada também pelos professores Rejane Hughes, Luis Pacheco, Eric Aguiar e a Carina Pinheiro.

O trabalho está em fase inicial e recentemente foi aprovado no edital da Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia (Fapesb) com foco em apoiar pesquisas voltadas ao estudo do Coronavírus. “Agradecemos a confiança depositada em nosso trabalho por parte dos órgãos da saúde. Acreditamos que a confiança surge por estes 20 anos de atuação com responsabilidade e dedicação à virologia humana, sempre abertos a colaborar com a comunidade científica e a população em geral”, conclui.

## Bahia Faz Ciência

A Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti) e a Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia (Fapesb) estrearam, no dia 8 de julho, o Bahia Faz Ciência, uma série de reportagens sobre como pesquisadores e cientistas baianos desenvolvem trabalhos em ciência, tecnologia e inovação de forma a contribuir com

a melhoria de vida da população em temas importantes como saúde, educação, segurança, dentre outros. As matérias serão divulgadas semanalmente, sempre às segundas-feiras, para a mídia baiana, e estarão disponíveis no site e redes sociais da Secretaria. Se você conhece algum assunto que poderia virar pauta deste projeto, as recomendações podem ser feitas através do e-mail [comunicacao.secti@secti.ba.gov.br](mailto:comunicacao.secti@secti.ba.gov.br)

<b>Veículo: Política Livre</b>	
<b>Data: 30.06.2020</b>	<b>Caderno: Economia</b>



## Mais de 100 mil testes de Covid-19 já foram realizados pelo Lacen-BA

### **BAHIA**

A Bahia já realizou mais de 100 mil testes de Covid-19, através do Laboratório Central de Saúde Pública Professor Gonçalo Moniz (Lacen-BA), unidade da Secretaria da Saúde do Estado (Sesab). A marca mantém a Bahia em segundo lugar nacional no ranking de testagem, ficando atrás apenas de São Paulo, maior capital do País. Os testes estão sendo realizados pela unidade central do Lacen, em Salvador, e também em Porto Seguro, Paulo Afonso, Jequié, Vitória da Conquista, Barreiras e ainda na Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc), na região de Ilhéus e Itabuna.

Segundo o secretário da Saúde, Fábio Vilas-Boas, os bons resultados são possíveis porque o Lacen Bahia conseguiu se manter trabalhando desde a chegada da pandemia no Brasil. “Não ficamos dependendo apenas dos kits de testagem enviados pelo Ministério da Saúde. A Bahia fez aquisição de equipamentos e insumos com recursos próprios”.

Vilas-Boas informou que foram investidos, na nova ala do Lacen que realiza os testes de biologia molecular, mais de R\$ 2 milhões, em obras e equipamentos, ampliando a capacidade de 400 para cerca de 2 mil testes por dia. “A nova ala tornou o Lacen o maior laboratório do País em capacidade de realização de exames da Covid-19, e foi idealizada de forma preventiva para o estado, ainda em janeiro, quando a China divulgou o início da pandemia mundial”, explicou o secretário.

A diretora-geral do Lacen, Arabela Leal, revelou que foram comprados extratores, pipetadores, amplificadores, termocicladores, insumos, e foi realizada a contratação de pessoal. “Isso proporcionou, em primeiro lugar, a ampliação do número de testes e a velocidade de resposta, além da descentralização dos testes para o interior do estado. Alcançamos, assim, o número de 100 mil testes realizados, ficando em segundo lugar nacional, atrás apenas do estado de São Paulo”.

<b>Veículo: Política Livre</b>	
<b>Data: 30.06.2020</b>	<b>Caderno: Economia</b>



## **Em mais uma sessão virtual, Nelson Leal comanda renovação de decretos de calamidade pública para 381 municípios baianos**

A Assembleia Legislativa realizou sessão virtual nesta segunda-feira (29), quando votou e aprovou, por unanimidade, o Projeto de Resolução 29.10/2020, prorrogando o Estado de Calamidade, em mais 90 dias, em 381 municípios da Bahia, em razão da pandemia do Covid-19. Também foram aprovados seis novos projetos de decretos legislativos municipais solicitando o reconhecimento do “estado de calamidade pública” em Mansidão, Potiraguá, Novo Triunfo, Mundo Novo, Maracás e Buritirama. A ALBA também aprovou os projetos 29.06/2020 e 29.05/2020 – este último que trata do processo eletrônico, assinatura e certificação digital no âmbito da ALBA, a partir de convênio com o TCE/Bahia.

“O reconhecimento do estado de calamidade permite aos municípios a realocação do orçamento em áreas consideradas estratégicas no combate à Covid-19, flexibilizando as metas fiscais municipais. A sociedade tem o papel de

fiscalizar os gestores que estiverem usando indevidamente os recursos para o combate à pandemia, denunciando as irregularidades junto ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público. Nesse instante, o que importa é salvar vidas. São quase 60 mil mortos no Brasil, por isso ainda precisamos manter o isolamento social, ficando em casa”, justifica o presidente da Assembleia Legislativa da Bahia – ALBA, deputado Nelson Leal.



Veículo: bahia.ba	
Data: 30/06/2020	Caderno: Economia



Publicado em 29/06/2020 às 20h40.

# Bahia perdeu mais de 17 mil postos de trabalho com carteira assinada em maio

*Em todo o país, 331.901 vagas foram eliminadas; Salvador, Camaçari e Feira de Santana foram os municípios com maiores perdas*



Foto: Pixabay Imagens

O mês de maio registrou o fechamento de 17.033 vagas de emprego com carteira assinada. O dado é da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), com base do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), do Ministério da Economia.

Entre os municípios baianos, Salvador (- 4.129 postos celetistas), por Camaçari (-1.337 postos) e Feira de Santana (-1.300) tiveram as maiores perdas. Nos primeiros cinco meses, Salvador registrou perda acumulada de 18.676 posições celetistas. O município foi acompanhado principalmente por Porto Seguro (-6.238 postos) e Feira de Santana (-4.099 postos).

“Diferentemente do que predomina na série histórica do mês de maio (2010-2020), o resultado foi negativo e ficou muito abaixo do verificado no referido mês do ano imediatamente anterior, quando 2.540 postos de trabalho foram criados”, ressaltou a SEI, em nota. Em abril, 32.482 empregos formais foram fechados.

# Brasil entrou em recessão no primeiro trimestre de 2020, diz FGV

Desempenho fraco foi agravado pelos efeitos da pandemia; retração atual deve ser curta, mas de intensidade recorde

Eduardo Cucolo

**SÃO PAULO** O Brasil entrou em recessão no primeiro trimestre de 2020, encerrando um ciclo de fraco crescimento de três anos (2017-2019).

A informação foi divulgada nesta segunda-feira (29) pelo Codace (Comitê de Datação de Ciclos Econômicos), órgão ligado ao Ibré/FGV (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas) e formado por oito economistas de diversas instituições.

A expectativa é que a recessão atual seja curta, mas com intensidade recorde, considerando dados dos últimos 40 anos, segundo o professor do Insper Marco Bonomo, que faz parte do comitê.

A decisão do comitê foi unânime e considerou uma série de dados já divulgados, entre eles, o PIB (Produto Interno Bruto) do primeiro trimestre, que mostrou queda de 1,5% na comparação com os três meses anteriores.

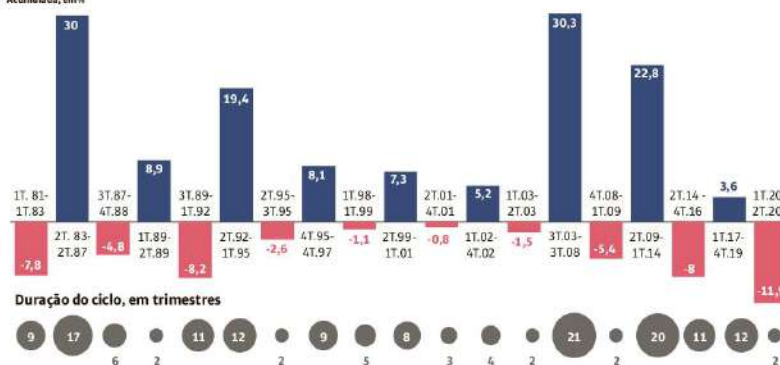
Dados mais recentes mostram que a queda no segundo trimestre — período em que as medidas de isolamento social atingiram o ápice do país — pode chegar a 12%. Os EUA possuem um colapso semelhante ao Codace. No início de junho, o comitê do Escritório Nacional de Pesquisas Econômicas (NBER, na sigla em inglês) decretou que o país entrou em sua primeira

## Recessão iniciada em 2020 deve ser curta, porém a mais intensa em 40 anos

Ciclos de recessão e expansão

### Variação nos trimestres

Acumulada, em%



\*Datação da recessão atual feita pelo Codace. A projeção de duração de dois trimestres e a intensidade da queda são projeções da FGV Ibré | Fontes: IBGE e FGV Ibré

recessão desde 2009, após 128 meses seguidos de crescimento ininterrupto da economia, um recorde desde o início da medição iniciada em 1854. O PIB dos EUA recuou 1,2% no primeiro trimestre. Lá, a recessão começou em fevereiro.

Não há definição oficial sobre o que caracteriza uma recessão. Embora alguns economistas usem a métrica de dois trimestres seguidos de queda na atividade, o Codace considera uma análise mais ampla de dados. Para o comitê, o declínio na atividade econômica de forma disseminada entre diferentes setores econômicos é denominado recessão. As estatísticas mostram que a economia já não estava bem no início do ano e que a situação se agravou com a onda

de contaminação pelo novo coronavírus que levou ao fechamento da maior parte das atividades a partir de março. Na sexta (26), a Folha mostrou que o distanciamento social provocará neste segundo trimestre o maior tombo na economia brasileira em pelo menos 40 anos.

Outro levantamento do Ibré/FGV mostra que, apesar de a confiança de consumidores e empresários ter apresentado dois meses seguidos de recuperação após o fundo do poço de abril, o indicador brasileiro encontra-se em situação desfavorável em relação à maioria dos países economicamente relevantes. O Codace também divulgou nesta segunda que realizou a datação mensal da recessão de

2014-2016 e identificou um pico da atividade em março de 2014 e o ponto mais baixo dela em dezembro de 2016. Isso significa que a recessão teria durado 33 meses.

Essa é, até o momento, a maior recessão da série que considera dados desde 1980. A segunda maior foi de 1989 a 1992, com 30 meses.

Em termos de intensidade, o pior resultado é a queda acumulada de mais de 8% do PIB de 2014 a 2016, algo que deve ser superado neste ano.

O comitê foi criado em 2004 pela FGV com a finalidade de determinar uma cronologia de referência para os ciclos econômicos brasileiros. Embora tenha sido criado e receba apoio operacional da FGV, por meio do Ibré, as decisões do comitê são independentes.

Em sua reunião da última sexta (26), o Codace era formado por Afonso Celso Pastore (coordenador, diretor da AC Pastore & Associados), Edmar Bacha (diretor do IpeCasa das Garças), João Victor Issler (professor da FGV/EPGE), Marcelle Chauvet (professora da Universidade da Califórnia), Marco Bonomo (professor do Insper), Paulo Picchetti (professor da FGV/EESP e pesquisador do Ibré/FGV), Fernando Veloso (professor da FGV/EPGE e pesquisador do Ibré/FGV) e Vagner Ardeco (vice diretor do Ibré/FGV).

Leia mais na pág. A16



"Se escolher navegar os mares do sistema bancário, construa seu banco como construiria seu barco: sólido para enfrentar, com segurança, qualquer tempestade."  
Jacob Safra (1891 - 1963)

## Para enfrentar o mar bravo dos investimentos, você escolheria um banco experiente ou alguém novo nesse mar?

Para cuidar dos seus investimentos, procure a experiência dos verdadeiros especialistas.

Invista como um especialista. Invista Safra.



## mercado coronavírus

PAINEL S.A.

Joana Cunha  
painelisa@grupofolha.com.br

## Ladeira

O país ingressa na recessão, mas ainda encontra o empresariado avaliações positivas com pontos a melhorar. Para Marco Stefanini, da empresa de TI Stefanini, falta fazer mais testes para detectar Covid-19 na população e refinar gargalos no crédito ao pequeno negócio, mas está avançando. "Sinceramente, por incrível que pareça, acho que teve essa guerra política e tudo, mas nos hospitais, salvo algumas tristes exceções, o Brasil se saiu bem", diz ele.

**TERRITÓRIO** Na opinião do empresário, o país pode segurar a gestão da crise do coronavírus de acordo com a evolução da doença por localidade. "Já tem uma fase em que muita gente vai pegando, vai infectando e expandindo gradativamente mas sob controle", afirma ele.

**HORIZONTE** Stefanini faz elogios à agenda econômica do governo mas ressalva que economia depende de percepção e enfrentamento político no país atrapalha o cenário. Para ele, existe hoje uma interferência do Judiciário na administração. "Daqui a pouco a gente tem um desbalanceamento de poder", diz ele.

**BOLA DE CRISTAL** Apesar de o Brasil colocar o pé na recessão, o presidente da Bosch na América Latina, Besalim Botelho, afirma que ainda é difícil fazer previsões para 2020. Ele acredita que o cenário atual aponta para uma retomada de mercado lenta e gradual no segundo semestre.

**CONCRETO** O futuro do setor imobiliário no pós-pandemia não deve ser muito diferente do mundo atual, segundo as estimativas de incorporadoras e construtoras.

**VAMOS FUGIR** Também estão fora do radar as previsões de que se abrirá um novo mercado em que os edifícios corporativos passariam por retrofit para serem transformados em prédios residenciais, ou que as pessoas abandonarão as grandes cidades para morar em destinos mais calmos, turbinando a valorização dos imóveis de praia ou campo.

**CAFÉZINHO** "Estamos vivendo tempos novos, mas eu não consigo concordar com isso. O home office vai continuar, mas será algo complementar porque é difícil manter a cultura corporativa em reunião virtual, e as pessoas precisam ter networking, rede de relacionamento", diz Basílio Jafet, presidente do Secovi-SP.

**ELEVADOR** Ele prevê alguma mudança, com 10% a 20% de redução nos espaços dos escritórios e maior distanciamento entre os postos de trabalho, que devem fazer rodízio com o home office.

com Mariana Grazini

## INDICADORES



**CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA**  
Competência junho\*

Autônomo, empregador e facultativo		
Valor mín. R\$ 1.045	20%	R\$ 209
Valor máx. R\$ 6.101,96	20%	R\$ 1.220,21

**MEI (Microempreendedor)**

Valor mín. R\$ 1.045	5%	R\$ 52,25
----------------------	----	-----------

**Assalariado**

Até R\$ 1.045	Alíquota
De R\$ 1.045,01 a R\$ 2.089,60	7,5%
De R\$ 2.089,61 a R\$ 3.134,40	9%
De R\$ 3.134,41 a R\$ 6.101,96	12%

\*Prorata da competência de junho vence em 20 jul para empresas; para pessoas físicas, vence em 15 jul. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro para empresas.

**SACOLA** Em mais um sinal da evolução do comércio eletrônico na pandemia, que deve se consolidar nas próximas divulgações de resultados do setor, a presença de consumidores com mais de 60 anos quintuplicou no e-commerce de alimentos do Extra em menos de três meses, de acordo com a empresa.

**CARRINHO** A atração desta faixa etária específica supera bastante a alta de 82% na demanda geral por compras online no mesmo período. O Extra diz que a compra de produtos essenciais na quarentena introduziu grande parte dos consumidores acima de 60 anos em sua primeira experiência no e-commerce.

**CORRENTE** O empreendedor social Enzo Celulari aderiu nesta segunda-feira (29) ao tuitão da consultoria de advocacy Cause, que cobra a nomeação de um novo ministro da Saúde na pandemia. O filho dos atores Edson Celulari e Claudia Raia postou um stories com a hashtag cadê o ministro em seu Instagram.

**ÁCIDO** A produção industrial química caiu pelo segundo mês consecutivo, segundo levantamento da Abiquim (associação do setor). Após queda de 19,35% em abril ante março, o recuo em maio foi de quase 2% na comparação com o mês anterior.

**BÁSICO** O índice de utilização da capacidade instalada da indústria química em maio foi o menor da série histórica do setor em 30 anos e atingiu 61%. No bimestre de abril e maio, as vendas internas caíram 25,4% ante março, no começo da pandemia.

**NA AGENDA** Com a liberação de São Paulo na quinta e última fase da reabertura no estado, os eventos marcados para o fim do ano começam a anunciar seus calendários, apostando na normalização do cenário da pandemia.

**RÓTULO** A feira de vinhos ProWine, promovida pela empresa alemã Messe Düsseldorf, não alterou sua programação, marcada para ocorrer presencialmente entre os dias 20 e 22 de outubro no Transamérica Expo, na capital paulista.

## Foi unânime a decisão de anunciar que estamos em recessão, diz economista

Integrante do Comitê de Datação de Ciclos Econômicos afirma que a economia brasileira já tinha começado o ano em ritmo lento

ENTREVISTA  
MARCO BONOMO

Eduardo Cucolo

**SÃO PAULO** A decisão de definir o primeiro trimestre de 2020 como início de um novo período de recessão da economia brasileira foi tomada por unanimidade e com base em dados que não mostram nenhuma divergência, de acordo com o professor do Insper Marco Bonomo, um dos oito economistas que fazem parte do Codace (Comitê de Datação de Ciclos Econômicos).

O comitê, ligado ao Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas), divulgou nesta segunda-feira (29) a data do início de uma nova recessão que deverá ser a mais profunda da série histórica iniciada nos anos 1980, embora possa ser curta. Segundo Bonomo, a economia brasileira já tinha começado o ano em ritmo lento e foi "atingida por um meteoro" em março que colocou imediatamente vários indicadores econômicos em terreno negativo.

"Não houve divergência. Está claro que a gente está em uma recessão", afirmou em entrevista à Folha. "O impacto foi bem espalhado. Uma recessão cavalaresca, de alguma forma, facilita nosso trabalho, infelizmente."

**Quais foram os dados mais importantes para que o comitê definisse o início de uma nova recessão no primeiro trimestre de 2020, quando os efeitos da pandemia ainda eram mais restritos e havia apenas um trimestre de queda na atividade?** Nos números de março você já vê o reflexo da pandemia. Em janeiro e fevereiro, a recuperação da economia andava meio de lado. Se tivesse tudo uma recuperação mais forte naqueles dois meses, o trimestre inteiro não ia ter um resultado ruim assim. O monitor do PIB do Ibre indicou uma queda de 5,1% em março e crescimento de 0,3% em janeiro e 0,2% em fevereiro. Isso compõe uma queda do PIB já expressiva no primeiro trimestre.

**Como os dados a partir de abril foram considerados na datação?** Os dados do monitor do PIB indicam uma queda de 9,1% em abril. Se a gente tivesse uma queda do PIB de 1,5% no primeiro trimestre [dado do IBGE], mas não soubesse que no segundo vai dar uma recessão enorme, não estaria datando [a recessão atual]. Como não há a menor dúvida de que vamos ter uma queda expressiva no segundo trimestre, a gente tem confiança para datar essa recessão desde o primeiro trimestre deste ano.

**Quais os conceitos utilizados pelo Codace para definir recessão? Vocês destacariam algum dado na recessão atual?** Agente olhou os vários setores da economia, de forma desagregada. A gente olhou também massa salarial, consumo das famílias, formação bruta de capital, mas o cenário era tão claro que todos os indicadores convergiam para a mesma coisa. Dessa vez está muito claro, não há divergência de indicadores. Quando você tem um começo suave de recessão ela é mais difícil de datar. Agora não. Um



Divulgação

meteoro bateu aqui em meados de março e causou destruição total. O impacto foi bem espalhado. Uma recessão cavalaresca, de alguma forma, facilita nosso trabalho, infelizmente.

**Marco Bonomo, 62**  
Professor titular de economia do Insper e um dos oito economistas que fazem parte do Codace (Comitê de Datação de Ciclos Econômicos). Doutor em Economia pela Universidade Princeton e mestre e bacharel em Economia pela PUC-Rio

**Houve alguma divergência na análise dos dados anuais pelos membros do comitê?** Não houve divergência. Está claro que a gente está em uma recessão. Para as pessoas que participaram dessa reunião não há a menor dúvida. A gente analisa tudo, inclusive algoritmos de datação, olhando o futuro também, mas a datação se baseia em informações que são robustas e que não dependem de previsões e coisas que ainda não aconteceram. A datação tem um caráter muito menos especulativo do que qualquer projeção.

**Qual a magnitude da recessão atual até o momento?** A magnitude é sempre o dado do PIB [divulgado pelo IBGE]. Na hora de definir se tem uma recessão, a gente olha para um conjunto de indicadores da economia como um todo,

mas a gente não dita qual é o PIB. Quando a gente coloca algum número, é simplesmente a evolução do PIB. Não é um número que a gente produz. A gente produz as datas.

**Qual a perspectiva de duração da recessão atual?** E qual seria a magnitude dela em termos históricos? Nossa tarefa não é prever, é datar o que aconteceu. A recessão de 2008 e 2009 foi a mais profunda, apesar de ser curta [seis meses], com uma média anualizada por trimestre de -10,8% e acumulada de -5,5%. É muito provável que essa recessão agora, em termos de intensidade, mesmo que seja a curta, seja a mais intensa da nossa história. Deve superar a de 2008 e 2009. A recessão 2014-2016 teve uma queda anualizada média de 3,2% por trimestre, acumulada de 8,6%.

**Podemos ter a recessão mais profunda da história também em termos de queda acumulada, considerando as projeções de retração de PIB em torno de 10% no segundo trimestre?** Sim.

**Você divulgara também novos dados sobre a última recessão, a mais longa da série histórica. Houve alguma revisão?** Havia uma dúvida em relação ao mês que ela teria começado. Os indicadores não são tão claros. A gente teve de se debruçar e chegou à conclusão de que março de 2014 foi quando se deu o início daquela recessão. O nosso hábito é primeiro datar primeiro por trimestre. Só agora, por exemplo, a gente fez a datação mensal da recessão de 2014-2016. A gente procura ser cauteloso e datar uma coisa em que haja consenso e com dados bem claros. Essa última, tem termos de meses, foi a recessão mais longa que a gente já teve, com 33 meses.

**Futuramente, é possível que vocês façam uma datação mensal para determinar em qual mês do primeiro trimestre de 2020 teve início a recessão atual?** A gente certamente vai fazer a datação mensal em algum momento. Mas vamos esperar um pouco mais para fazer isso.



A gente analisa tudo, inclusive algoritmos de datação, olhando o futuro também, mas a datação se baseia em informações que são robustas e que não dependem de previsões e coisas que ainda não aconteceram. A datação tem um caráter muito menos especulativo do que qualquer projeção

Em janeiro e fevereiro, a recuperação da economia andava meio de lado. Se tivesse tido uma recuperação mais forte naqueles dois meses, o trimestre inteiro não ia ter um resultado ruim assim













# Redução de jornada e salário será prorrogada

MP com a medida sai nos próximos dias, afirma secretário da Previdência

Por Mariana Ribeiro — De Brasília

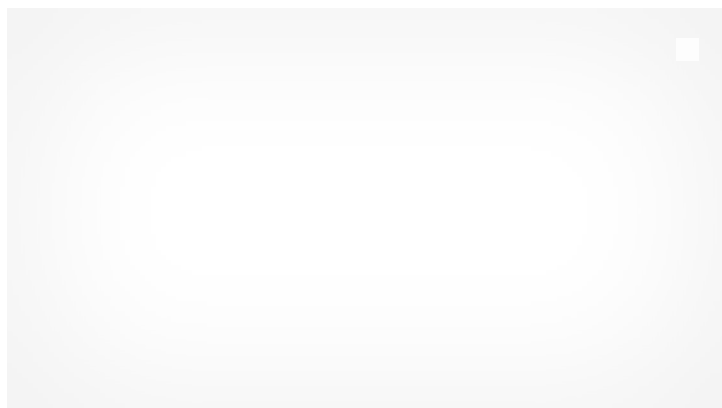
30/06/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

O governo vai prorrogar o programa que permite a redução de jornada e salário e a suspensão do contrato de trabalho, confirmou ontem o secretário especial de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco. Segundo ele, o presidente Jair Bolsonaro sancionará nos próximos dias a medida provisória (MP) 936, que criou o benefício e, então, editará decreto liberando a ampliação dos prazos.

No desenho inicial, o programa permite que o acordo para redução de jornada dure até três meses. No caso da suspensão de contrato, o limite é de dois meses. Agora, explicou Bianco, a ideia é que haja prorrogação de mais um mês no caso da redução de jornada e de mais dois meses no caso da suspensão de contrato. Assim, as duas modalidades poderão durar até quatro meses.

A permissão para que o Executivo amplie o período dos acordos foi incluída na medida provisória, em vigor desde abril, durante a tramitação no Congresso.

PUBLICIDADE



O secretário enfatizou que qualquer renovação exigirá o fechamento de um novo acordo entre empregador e empregado e não será, portanto, automática. Além disso, a prorrogação manterá a exigência de garantia do emprego durante a vigência do acordo e por igual período após o encerramento.

O Benefício Emergencial para Preservação de Renda e do Emprego (BEm), que compensa os trabalhadores que tiveram a jornada de trabalho reduzida ou o contrato suspenso, já atingiu 11,7 milhões de pessoas, informou ontem o Ministério da Economia. Os valores a serem desembolsados para complementar a renda desses trabalhadores somam R\$ 17,4 bilhões.

Do total de acordos, 5,4 milhões (46,4%) dizem respeito à suspensão do contrato de trabalho. Além disso, há 1,7 milhão (14,6%) referente à redução de jornada de 25%; 2,1 milhões (18,3%) à redução de 50% e 2,3 milhões (19,3%) à redução de 70%. Os trabalhadores intermitentes responderam por 167,1 mil (1,4%) dos acordos.

O secretário de Trabalho, Bruno Dalcolmo, destacou que, no início do programa, os acordos de suspensão eram mais significativos. Segundo ele, a queda na participação reflete a melhora no cenário econômico.

A maior quantidade de acordos fechados está no setor de serviços (45,8%). Na sequência, aparecem comércio (25,4%) e indústria (23,6%). Do total, 32,6% das negociações foram fechadas em São Paulo.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Camaçari  
VARIZERO

### LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula indiana contra a calvície! Cabelo cresce nas entradas  
SHIKAKAI

### LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula que "estica" a pele velha depois dos 40 anos de idade

# Governador do DF decreta estado de calamidade pública por coronavírus

Secretário diz que situação especial não será usada para burlar Lei de Responsabilidade Fiscal

Por **Rafael Bitencourt** — De Brasília

30/06/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

---

O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), decretou estado de calamidade pública em razão dos efeitos da pandemia da covid-19 na capital federal e regiões administrativas. Em decreto, o governador registrou que a medida vale enquanto perdurar a crise sanitária, embora portaria do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), tenha estabelecido que decisão estadual ou distrital deve valer pelo prazo máximo de 180 dias.

Em nota, o governo local reconheceu que o estado de calamidade pública deve garantir o acesso aos recursos federais no Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil (Funcap).

No texto, o secretário de Economia, André Clemente, afirmou que o governo não usará a situação emergencial como justificativa para extrapolar limites orçamentários. “Não vamos abrir mão da responsabilidade fiscal e do equilíbrio entre receitas e despesas”, garantiu. “Trabalhamos para o enfrentamento atual, mas também para manter as finanças equilibradas, a fim de que permitam melhores condições de crescimento para quando sairmos da crise”, completou o secretário.



No mesmo comunicado, Rodrigo Becker, consultor jurídico do governo, registrou que o Decreto 40.924/20, publicado ontem, serve para pleitear crédito extraordinário junto ao MDR. Ele explicou que já havia sido assinado um decreto legislativo, anteriormente, apenas com o objetivo de recorrer ao fundo para cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Becker lembrou que o decreto legislativo requisitou a inclusão do Distrito Federal na lista de unidades federativas beneficiadas pelo Funcap, também com base no estado de calamidade pública. Porém, o governo federal alegou que a legislação não era suficiente para liberar os recursos.

O governo do Distrito Federal informou que não sabe quanto poderá ser oferecido pelo fundo. Isto porque os montantes serão definidos pela União, “a partir da análise das necessidades levantadas pelo governo em cada ação específica de enfrentamento da pandemia”.

Na última sexta-feira, Ibaneis declarou que poderia determinar medida de distanciamento social mais dura, o “lockdown”, frente ao risco de esgotamento dos leitos de UTI dedicados a pacientes com o novo coronavírus. No lugar da decisão, porém, veio a publicação do decreto de calamidade pública.

Nas últimas semanas, o governo do Distrito Federal iniciou o relaxamento do plano de isolamento, com a retomada parcial de atividades comerciais.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

### LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Camaçari  
VARIZERO

### LINK PATROCINADO

# Aneel calcula 'bônus tarifário' que pode trazer alívio de mais de R\$ 20 bi na conta

Desconto decorre da derrota do governo federal no STF em 2017 que excluiu o ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins

Por **Rafael Bitencourt** — De Brasília

30/06/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) está mobilizada para calcular o novo desconto nas contas de luz que beneficiará os consumidores de energia em, ao menos, R\$ 20 bilhões, com o fim de uma briga judicial que durou mais de dez anos. O "bônus tarifário" decorre de derrota em 217 do governo federal no Supremo Tribunal Federal (STF) que excluiu o ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins.

A decisão da corte, de repercussão geral, provocou efeito em cascata em julgamentos nas demais instâncias, mas, só agora, começa a gerar resultado prático no setor elétrico. Parte das ações chega neste ano à reta final de análise no Judiciário, já com trânsito em julgado. Com isso, inicia-se a liberação de recursos de depósitos judiciais ou crédito tributário em favor do contribuinte - neste caso, os clientes das distribuidoras.

Um integrante da diretoria da Aneel disse ao **Valor** que cerca de R\$ 20 bilhões certamente vão retornar ao caixa das distribuidoras, o que deve ser convertido em desconto na fatura. Este montante já supera os R\$ 16,1 bilhões da "conta covid", mecanismo criado para socorrer o setor e atenuar a alta nas tarifas durante a crise da pandemia.

Outra autoridade do governo, ouvida pela reportagem, considerou conservadora a estimativa de R\$ 20 bilhões. Ela avalia que o valor deve facilmente chegar em R\$ 25

bilhões, pois a soma dos valores considerados na reta final de julgamento já chega a R\$ 30 bilhões.

Na semana passada, o diretor da Aneel Efrain da Cruz tentou incluir parte do crédito tributário no cálculo do reajuste anual da Cemig. O diretor sugeriu que R\$ 800 milhões fossem convertidos em desconto na tarifa.

A Cemig, em estágio mais avançado de liberação dos créditos, reconheceu que já recebeu de volta R\$ 6,08 bilhões em depósitos judiciais. Para a companhia, R\$ 4,19 bilhões, relativos ao créditos dos últimos dez anos, seriam de direito do consumidor.

O desconto proposto por Efrain foi barrado pelos demais colegas da diretoria. Eles acharam melhor não tratar casos isolados. A ideia é definir um cronograma e uma metodologia geral de repasse dos créditos tributários. O processo administrativo inclusive já foi instaurado tendo o próprio Efrain como relator.

Se o desconto definido para a tarifa da Cemig fosse aplicado, os 8,5 milhões de clientes de 774 municípios mineiros contariam com uma redução média de 0,51%, em vez do aumento médio de 4,27%, aprovado na última semana.

Na apuração dos créditos, Efrain enviou carta aos presidentes das distribuidoras solicitando informações sobre os valores e o estágio de tramitação dos processos. As respostas, acessadas em parte pelo **Valor**, dão a noção do impacto financeiro do desfecho de processo sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins.

O ofício enviado pela distribuidora Enel SP (Eletropaulo) mostrou que os créditos totalizam R\$ 7,3 bilhões. Segundo a empresa, a maior parte (R\$ 5,04 bilhões) já foi habilitada na Receita para a devolução. Duas distribuidoras coligadas, a Enel RJ e a Enel GO, não precisaram o valor dos créditos, apenas indicaram que deve ficar entre R\$ 2 bilhões e R\$ 3 bilhões para cada uma. Os valores não foram definidos por decisão dos tribunais.

O posicionamento da Copel também indicou que os consumidores paranaenses devem contar com um desconto expressivo na conta de luz, diante do total de créditos de R\$ 5,7 bilhões. A distribuidora da Bahia, a Coelba, informou à Aneel que discute na Justiça a devolução R\$ 2,7 bilhões, ainda pendentes de decisão.

Em ofício, o Grupo Equatorial, com distribuidoras em quatro Estados, indicou o montante de R\$ 2,4 bilhões a receber em nome do consumidor, mas ainda sem data para julgamento. Já a distribuidora catarinense Celesc indicou o crédito tributário de R\$ 1,5 bilhão, na mesma situação.

Questionada, a Aneel reconheceu que já concluiu a tomada de subsídios com as distribuidoras, mas não informou o valor total que deve ser convertido em desconto de tarifa. De acordo com a agência, o próximo passo é a abertura de consulta pública no segundo semestre para discutir com o setor a minuta de resolução - com critérios e prazo para conceder o benefício - e o estudo de impacto regulatório.

Nos ofícios enviado à Aneel, a Enel SP destacou que “qualquer repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pelas companhias ante a Receita Federal”. A Cemig, que até recebeu os créditos, solicitou que o ressarcimento aos consumidores fosse dividido em três montantes iguais, nos ciclos de reajuste tarifário de 2020, 2021 e 2022.

Antes de definir o mecanismo de desconto, o comando da agência deve responder a questões como o não pagamento de créditos tributários questionados há mais de dez anos, conforme pedido da Cemig. Além disso, será preciso avaliar se os consumidores que moveram ações individuais, possivelmente aqueles de maior porte (como os industriais), também serão beneficiados pelo desconto linear oferecido.

Procurada, a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee) informou que não se pronunciaria, pois as concessionárias estão tratando individualmente do assunto.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

### LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula indiana contra a calvície! Cabelo cresce nas entradas  
SHIKAKAI

### LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Camaçari  
VARIZERO

## De saída, Mansueto alerta para 'risco' na prorrogação do auxílio emergencial

Secretário diz que ajuda à população é necessária, mas deve ficar circunscrita ao período de crise e que, no ano que vem, agenda volta a ser de ajuste fiscal

Por **Lu Aiko Otta e Mariana Ribeiro** — De Brasília

30/06/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

---

Riguroso observador do comportamento das finanças públicas, estando dentro ou fora do governo, o secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, aproveitou a divulgação do resultado das contas do mês de maio para despedir-se dos jornalistas e passar algumas mensagens sobre o futuro “desafiador” para o caixa do governo.

No horizonte mais imediato, alertou para o perigo de prorrogar o auxílio emergencial. “Quanto mais a gente não exagerar no gasto público deste ano, melhor será o futuro.” O Brasil sairá da pandemia com dívida bruta acima de 95% do PIB, o que é elevado para países emergentes. Essa dívida, frisou ele, terá de ser paga.

Mansueto faz parte de um grupo de integrantes do governo que sempre defendeu o ajuste estrutural das contas públicas, mas que vê a pandemia como uma situação excepcional na qual é necessário elevar os gastos para evitar o agravamento do quadro social e da crise sanitária. Esse aumento, porém, deve ficar circunscrito ao período da crise. Em 2021, volta a agenda do ajuste. E ajuste fiscal é discussão política, ressaltou. Não há certo ou errado. Há escolhas.

Se a opção for por algum desenho que eleve a despesa com benefícios sociais, o Brasil terá de estar preparado para discutir um aumento permanente da carga tributária para financiá-la.



E o Brasil, mostrou ele, já gasta bastante com a área social. De cada R\$ 4 de suas despesas, R\$ 3 vão para programas sociais ou Previdência. Não é pouco para os padrões mundiais, frisou. Nesse ponto, lançou um convite para levar a discussão a um nível mais elevado: olhar para o baixo efeito distributivo dos gastos sociais no Brasil. Citou um estudo disponível no site do Ministério da Economia que mostra o impacto modesto desses programas na redução das desigualdades. Questionou se não seria possível gastar o mesmo e fazer mais.

Esse é o tipo de debate colocado há anos por especialistas, mas que não encontra ambiente político para ser aprofundado. Em sua última entrevista coletiva no cargo, Mansueto apontou para outra discussão do mesmo tipo: o excessivo engessamento da despesa do governo, um problema para o qual ele sempre chamou a atenção.

Ontem, apresentou uma tabela mostrando que há cinco anos toda a arrecadação líquida federal vai para pagamento de gastos obrigatórios, sobretudo Previdência e pessoal.

Em 2020, mesmo sem a covid-19, as despesas que não podem ser reduzidas somariam 106,7% das receitas líquidas. Com a pandemia, serão 116%. Mesmo com essa pressão, não é intenção do governo abrir mão da regra do teto de gastos. Ela continua válida neste ano e será aplicada em 2021.

“Para além de 2022, terá de fazer algo estrutural para ganhar mais espaço no teto”, disse. “Reformas estruturais são mais importantes no médio e longo prazos.”

Essa era a agenda para a área fiscal antes da pandemia. O governo aprovou a reforma da Previdência, que produz efeito sobre o maior grupo de despesas obrigatórias. E preparou uma proposta de reforma administrativa, para conter o crescimento do segundo maior gasto obrigatório, os salários.

Na entrevista, Mansueto disse que a reforma administrativa valoriza o servidor. Cria mais estímulos para buscar avanços na carreira.

# Renovação de benefício pode levar déficit público a 11,5% do PIB, diz Tesouro

Contas do setor público tiveram rombo de R\$ 126,6 bilhões em maio

Por Lu Aiko Otta e Mariana Ribeiro — De Brasília

30/06/2020 05h01 · Atualizado há 3 horas



O secretário demissionário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida: pandemia tem reduzido receitas e elevado os gastos do governo — Foto: Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

O déficit primário do setor público pode chegar a R\$ 850 bilhões, ou 11,5% do Produto Interno Bruto (PIB), caso as propostas de renovação do auxílio emergencial em discussão sejam implementadas, alertou o secretário do Tesouro Nacional,

Mansueto Almeida. O cálculo considera proposta do governo (mais três parcelas, de R\$ 500, R\$ 400 e R\$ 300) ou duas de R\$ 600, como defende o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

O governo deve divulgar hoje novas estimativas para os gastos com a pandemia em 2020. Dados divulgados ontem mostram que o déficit primário nas contas do governo central (conjunto formado por Tesouro Nacional, Previdência e Banco Central) ficou em R\$ 126,6 bilhões em maio, ante um resultado negativo de R\$ 14,7 bilhões no mesmo mês período do ano passado.

De janeiro a maio deste ano, o déficit chegou a R\$ 222,5 bilhões. Em relação a igual período de 2019, as receitas líquidas caíram 15,9% enquanto as despesas avançaram 20,8%. Essa combinação é agravada pelos efeitos da pandemia, que tem reduzido receitas e elevado os gastos do governo.

Já participando da divulgação do resultado como parte do processo de transição no comando do órgão, o sucessor de Mansueto, Bruno Funchal, atual diretor de Programas da Secretaria Especial de Fazenda, destacou a piora nas contas da Previdência, principalmente devido à pandemia.

## Piora

Resultado do governo central (R\$ milhões)

	Jan-Mai/2019	Jan-Mai/2020	Mai/2019	Mai/2020
I. Receita total	652.515	577.742	118.324	76.053
II. Transferências por repartição de receitas	120.406	115.804	27.547	22.032
III. Receitas líquidas (I-II)	532.108	461.938	90.777	54.021
IV. Despesa total	549.614	684.406	105.520	180.630
V. Fundo soberano	0	0	0	0
VI. Resultado primário do governo central (III-IV=V)	-17.505	-222.468	-14.743	-126.609
Tesouro Nacional e Banco Central	62.512	-82.176	175	-72.287
Previdência Social (RGPS)	-80.017	-140.292	-14.918	-54.323
VII. Resultado primário / PIB	-0,60%	-7,70%		

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

A queda na atividade e o diferimento nos recolhimentos das contribuições ao INSS, medidas adotadas como reação à crise, pioraram o resultado das contas da Previdência. Além disso, o governo decidiu antecipar o pagamento do 13º salário dos aposentados.

“Boa parte [desse efeito] deve ser revertida até o fim do ano”, afirmou. De janeiro a maio, o déficit da Previdência atingiu R\$ 139,9 bilhões, ante R\$ 82,2 bilhões em igual período de 2019.

O futuro secretário falou também sobre o impacto do adiamento do pagamento de tributos como PIS/Cofins e Imposto de Renda. As receitas da Cofins, por exemplo, recuaram 25,1% de janeiro a maio em comparação com igual período de 2019. No caso do PIS, foram 21,7% a menos, e do Imposto de Renda, 8,9%.

As despesas com ações específicas de combate à covid-19 somaram R\$ 53,4 bilhões em maio. Ao longo do ano, chegam a R\$ 113,8 bilhões. Não fossem esses gastos, a despesa acumulada em 12 meses estaria em R\$ 1,303 trilhão e não em R\$ 1,416 trilhão, como o registrado.

Em maio, foi verificado um recorde de R\$ 28,3 bilhões em recursos “empoçados”. É dinheiro que se encontra liberado, mas ainda não foi gasto.

É o caso, por exemplo, do Bolsa Família. Como muitos beneficiários migraram para o auxílio emergencial, “sobrou” dinheiro. Outro exemplo citado por Mansueto é o da linha de financiamento para folha salarial das empresas de médio porte. Mesmo após ajustes para torná-la mais atraente, a estimativa é que serão gastos R\$ 20 bilhões, de um total reservado de R\$ 40 bilhões.

Recursos que não foram utilizados poderão ser redirecionados a outros programas - uma eventual prorrogação do auxílio emergencial, por exemplo.

Há ainda os recursos que estão “empoçados” porque foram liberados para pagar despesas nos meses à frente. É o caso do auxílio emergencial. O Ministério da Cidadania, responsável pelo programa, ficou com R\$ 5,6 bilhões parados em maio.

O Ministério da Saúde ficou com R\$ 5,1 bilhões “empoçados” no mês passado, segundo dados do Tesouro. Dos R\$ 48,1 bilhões, foram utilizados R\$ 43 bilhões.

No dia 17, o **Valor** trouxe levantamento realizado pela Instituição Fiscal Independente (IFI) mostrando que a pasta da Saúde havia executado 28,3% dos recursos liberados para ações emergenciais. Na ocasião, o ministério informou que

despesas ainda não pagas se referiam a Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e equipamentos como respiradores, que ainda não haviam sido entregues. Parte também se destinava a pagamento de profissionais da área de saúde.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Camaçari  
VARIZERO

### LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula indiana contra a calvície! Cabelo cresce nas entradas  
SHIKAKAI

### LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula que "estica" a pele velha depois dos 40 anos de idade  
SKINCAPS

### LINK PATROCINADO

Adeus, pescoço enrugado! Anvisa libera ácido que engrossa pele velha por dentro  
NOVA SERUM

### LINK PATROCINADO

Pílula indiana anti-calvície cresce matriz capilar profunda  
SHIKAKAI

### LINK PATROCINADO

Quer conseguir crédito com o seu número do INSS? Simule sem sair de casa  
PB CONSIGNADO

por taboola

---

## Leia em Valor Investe

### VALOR INVESTE

Governo admite que Weintraub já estava nos EUA quando oficializou demissão

### VALOR INVESTE

STF antecipa eleição de Fux para esta quinta-feira

### VALOR INVESTE

# A privatização da água e o papel do Estado

Desafio maior é fixar tarifa justa para o cidadão que ao mesmo tempo remunere o prestador

Por João Capobianco e Guilherme Checco

30/06/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



O Senado Federal acaba de aprovar o chamado Novo Marco Legal do Saneamento. Agora temos mais uma que se junta a dezenas de outras leis estabelecidas nas últimas décadas com o propósito de resolver a nossa maior vergonha social: condenar a maioria da população brasileira a conviver com um sistema de saneamento medieval.

Alguns oponentes à nova lei, afirmam que ela privatiza a água. Ledo engano. A água já está privatizada no Brasil há muito tempo. Não no sentido literal de “colocar sob o controle de empresa particular a gestão de um bem público”, como nos ensina Houaiss, mas pelo fato concreto e inquestionável de que atualmente só quem pode pagar tem acesso pleno e regular a esse recurso vital. Em São Paulo, considerado o Estado mais desenvolvido do país, por exemplo, estão fora do alcance da tarifa social de abastecimento nada menos do que 1,7 milhão de famílias em situação de pobreza. Imaginem a realidade em outras regiões menos favorecidas.

## **A receita do prestador continua dependente do volume de água vendida, o que não induz ao uso econômico e consciente**

Mesmo no sentido clássico da palavra, o que foi aprovado no Congresso Nacional não pode ser chamado de privatização. A água no Brasil continua sendo um bem de domínio público e sua utilização permanece condicionada à outorga, concedida por ente governamental, com os mesmos procedimentos legais exigidos atualmente. Tampouco foi alterada a previsão constitucional de que o saneamento é de titularidade do município, que permanece com autonomia para organizar a prestação desse serviço.

O que a nova lei muda é a introdução da obrigatoriedade de realização de licitação para os novos contratos de prestação dos serviços de água e esgoto, com a inclusão de metas para se atingir a universalização do saneamento até 2033. Essa data não é novidade, pois estava prevista desde 2013 no Plano Nacional de Saneamento Básico, mas nunca foi respeitada. A partir de agora, ela deixará de ser “simbólica” pois a validade dos novos contratos estará vinculada ao alcance de metas, de forma

obrigatória e peremptória. Existe, inclusive, a previsão de caducidade dos mesmos, caso as metas e a melhoria progressiva não sejam alcançadas.

Outro ponto a destacar é que nas futuras licitações as empresas estaduais poderão concorrer em igualdade de condições com as privadas e as prefeituras poderão renovar os contratos de programa atualmente em vigor por 30 anos, a partir de 2022, desde que incorporem as metas de universalização. Ou seja, quem quiser, observadas as obrigações previstas da nova lei, poderá manter o contrato com a empresa estadual até 2052. Espera-se que essa novidade possa por fim a uma herança terrível do antigo Plano Nacional de Saneamento, da década de 1970, que permitiu que as empresas estaduais pudessem operar em municípios sem a necessidade de concorrência ou compromissos com metas.

O fato do acesso aos serviços de água e esgoto serem dois direitos humanos fundamentais, com relação direta com a dignidade humana, a saúde e o bem-estar, não significa que o poder público deva ser o prestador do serviço. O papel do Estado, esse sim fundamental e indelegável, é garantir que ele seja prestado com qualidade e justiça social.

Sendo um monopólio natural, pois não é possível oferecer ao cidadão a opção de escolher entre mais de um prestador do serviço na região em que se encontra, esse mercado necessita ser regulado sob os princípios do interesse público, a fim de que haja qualidade e seja definida uma tarifa ao mesmo tempo justa para o cidadão e capaz de remunerar adequadamente o prestador.

Aí estão os maiores desafios da nova lei. Não parece simples resolver o enorme problema da falta de infraestrutura de distribuição de água e de coleta e tratamento de esgoto em um país de dimensões continentais, em que a maioria dos municípios tem baixíssima concentração demográfica, somente com recursos privados. O mesmo pode-se dizer do problema de 58,6% dos municípios, segundo dado mais recente do IBGE, não terem plano de saneamento, pré-condição fundamental para a elaboração das licitações.

Dada a dimensão do problema, não parece razoável que tudo será resolvido com a constituição dos blocos regionais, onde a conta será dividida entre municípios



maiores e menores por meio dos chamados “subsídios cruzados”. O risco de muitos pequenos municípios permanecerem de fora, em um modelo em que apenas a tarifa responderá pela viabilização dos custos de investimento e operação e remuneração dos investidores, é muito grande.

A delegação da competência de estabelecer diretrizes regulatórias em escala nacional à Agência Nacional de Águas (ANA), que agora passa a carregar em seu nome o “S”, de saneamento, é um avanço no sentido de aumentar a previsibilidade do mercado, gerar um padrão nacional, compartilhar boas práticas, com impactos positivos na segurança jurídica desse setor que exige aportes em altos volumes e de longo prazo. No entanto, serão necessários investimentos consideráveis na ANA e nas agências reguladoras que operam na ponta, observando as realidades locais, e que terão de desempenhar um papel fundamental na regulação em um mercado que, como já dissemos, é um monopólio natural.

Do ponto de vista da sustentabilidade e da segurança hídrica, problemas estruturais não foram tratados pela nova lei. A receita do prestador continuará a depender do volume de água vendida, o que não induz ao uso econômico e consciente. Permanece a completa desvinculação entre a captação de água e a proteção dos mananciais que a fornecem, o que compromete as fontes naturais obrigando a busca de água em locais cada vez mais distantes, com impactos ambientais indesejáveis e custos mais altos.

Nenhuma menção foi feita em relação às vulnerabilidades impostas aos sistemas hídricos, decorrentes do agravamento das mudanças climáticas ou sobre as soluções baseadas na natureza como instrumento de gestão sustentável da água, como preconiza o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6 e como a Unesco apresentou durante o Fórum Mundial da Água que aconteceu no Brasil em 2018.

Definitivamente, com uma necessidade de investimentos para a universalização estimados entre R\$ 500 a R\$ 700 bilhões, a aprovação do novo marco legal do saneamento não deve ser considerado uma panaceia, assim como a maior abertura à participação das empresas não autoriza o governo a se descomprometer com a necessidade de investir recursos no sistema.

# Com 332 mil vagas a menos em maio, Caged tem corte de 1,1 milhão no ano

Mesmo ficando abaixo do esperado, resultado para o mês é o pior da série histórica

Por Mariana Ribeiro e Leila Souza Lima — De Brasília e de São Paulo

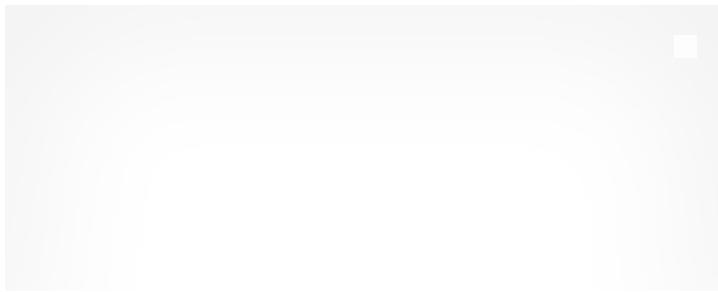
30/06/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

---

Com os efeitos da pandemia de covid-19 sobre a economia, o mercado de trabalho registrou em maio fechamento líquido de 331,9 mil vagas com carteira assinada. O resultado é o pior da série histórica, iniciada em 1992, para o mês. No acumulado dos primeiros cinco meses do ano, o saldo de contratações está negativo em 1,1 milhão.

Apesar de expressivo, o resultado de maio representa uma melhora em relação aos números de abril, quando 902,8 mil postos foram encerrados, e ficou acima da mediana das projeções colhidas pelo **Valor Data**, que apontava encerramento líquido de 891,2 vagas em maio.

Para o secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Bruno Bianco, o saldo do mês passado foi “muito bom” tendo em vista a comparação com abril e indica uma “clara reação” do mercado de trabalho e da economia. “O Brasil tem evitado demissões e preservado postos de trabalho”, disse em apresentação dos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).



No mês passado, foram registradas 703,9 mil admissões, queda de 48% em relação a maio de 2019, mas alta de 14% em relação a abril. Por outro lado, houve 1 milhão de desligamentos, redução de 21% em relação a maio do ano passado e de 32% sobre abril.

Bianco afirmou que nenhum emprego perdido pode ser comemorado, mas que o cenário demonstra uma passagem pela pandemia “muito bem conduzida e com muitas esperanças para a retomada”. Para ele, os dados refletem as medidas que foram tomadas pelo governo para fazer frente à crise, como a implementação do programa que permite a redução de jornada e salário e a suspensão de contrato.

Em janeiro e fevereiro, o Caged registrou resultados positivos de 115,2 mil e 227,4 mil, respectivamente. Em março, quando os efeitos da pandemia começaram a ficar mais claros sobre a economia, foram fechadas 252,7 mil vagas. No trimestre de março a maio, 1,5 milhão de empregos foram perdidos no país.

Para o economista, Daniel Duque, pesquisador do FGV/Ibre, os dados mostram que, diferentemente do que muitos esperavam, o mercado formal se ressentiu mais do choque da pandemia logo na primeira fase da crise. “O que se pensava é que o emprego informal seria mais sensível, enquanto que os formais, dado que também é mais caro demitir ou admitir, demorariam mais a ser afetados”, afirmou.

Na visão da economista Lisandra Barbero, da XP Investimentos, as medidas editadas pelo governo para amenizar os impactos da pandemia no mercado de trabalho formal ajudaram a segurar as demissões em maio. Segundo ela, já havia expectativa quanto a uma melhora gradual pelo lado das admissões, “mas o que não se calculava era que as medidas do governo conseguissem abrandar tanto as demissões”.

Economista da Tendências Consultoria, Thiago Xavier pondera que o resultado não descaracteriza como “severo” o choque da pandemia nos empregos do país e recomenda “muita cautela” com comemorações. “A gente ainda coloca em caráter de avaliação”, afirmou.

No mês passado, houve fechamento de vagas em quatro dos cinco setores da economia. Ficaram no negativo: serviços (-143,5 mil), indústria (-96,9 mil) comércio (-88,7 mil) e construção (-18,8 mil). Bianco destacou, no entanto, que comércio e serviços reagiram de maneira “muito significativa” no mês passado, com quedas menos expressivas que as verificadas no mês anterior. Na agricultura, o saldo ficou positivo em 15,9 mil.

O fechamento de vagas foi generalizado entre as regiões, com resultados negativos em todas elas. Das 27 unidades da Federação, apenas o Estado do Acre teve mais contratações do que demissões no mês.

Questionado sobre as expectativas para o mercado de trabalho formal nos próximos meses, Bianco evitou fazer estimativas, mas disse que maio foi um mês “positivo” e que o próximo também deve ser. “Pessoalmente, prefiro aguardar um pouco mais para que possamos fazer projeções mais de longo prazo”, acrescentou o secretário.

Pelos cálculos da XP Investimentos, “seriam menos de 100 mil vagas destruídas no mês de junho”. A partir de julho, afirma Lisandra, o número de admissões já pode começar a ultrapassar o de demissões. “Claro que de forma ainda tímida, mas como reflexo positivo dessas medidas [de enfrentamento]”, avalia.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

### LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Camaçari  
VARIZERO

### LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula indiana contra a calvície! Cabelo cresce nas entradas  
SHIKAKAI

### LINK PATROCINADO

<b>Veículo: Estadão</b>	
<b>Data: 30.06.2020</b>	<b>Caderno: Economia</b>



# Mansueto diz que prorrogação do auxílio emergencial custará pelo menos R\$ 100 bilhões

O secretário do Tesouro Nacional alertou ainda que a criação de novos programas sociais poderá exigir aumentos de impostos no futuro

**Eduardo Rodrigues e Lorena Rodrigues, O Estado de S.Paulo**

29 de junho de 2020 | 15h52

BRASÍLIA — Após anunciar mais um rombo recorde nas **contas do Governo Central** em maio, o secretário do **Tesouro Nacional, Mansueto Almeida,**

avisou que a prorrogação do **auxílio emergencial** terá um custo extra de pelo menos R\$ 100 bilhões. O secretário, que deixará o cargo no próximo mês, alertou ainda que a criação de novos programas sociais poderá exigir aumentos de **impostos** no futuro.

O secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida Foto: Amanda Perobelli/ Reuters

Governo tem rombo de R\$ 126 bilhões em maio, pior resultado já registrado

Mansueto confirmou que governo avalia o pagamento de mais duas parcelas de R\$ 600 ou o pagamento de mais parcelas, com redução escalonada de valor. Em ambas os casos, o custo seria o mesmo, levando a projeção de déficit nas contas públicas deste ano para mais de R\$ 800 bilhões. “A renovação de auxílio emergencial pode levar déficit primário a 11,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**), com um déficit nominal de 15% do PIB, no nível dos Estados Unidos”, completou o secretário.

De acordo com ele, uma parte do pagamento adicional poderá ser bancada pela sobra de recursos do **Bolsa Família** que ficou “empoçada” de abril a junho, já que muitas famílias foram transferidas para o auxílio emergencial durante esses três meses. “Essa sobra de recursos no programa será realocada para eventual prorrogação de auxílio emergencial”, adiantou.

Conforme revelado pelo **Estadão**, o governo chegou a retirar R\$ 83,9 milhões que seriam usados no Bolsa Família para destinar à Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência (Secom). O temor de uma responsabilização pelo Tribunal de Contas da União (**TCU**) – que chegou a abrir uma investigação sobre a medida - levou a equipe econômica a recuar da decisão. “O TCU passou um recado muito forte de que não quer que a sobra do Bolsa Família se transforme em espaço no teto de gastos”, comentou Mansueto.

Em meio a discussões sobre a criação de um programa permanente de **renda mínima**, o Tesouro Nacional deixou claro no documento de ontem que não há espaço para a criação de novas despesas obrigatórias. Segundo órgão, há risco “real” de o Brasil não voltar a ter superávit primário nem no próximo governo, que se encerrará em somente em 2026.

O órgão cita propostas de criação de programas sociais novos que representam nova despesa de 0,7 a 4% do PIB ou mais por ano. “O debate de melhorar programas sociais é necessário, mas é preciso cuidado para não aumentar despesa. Qualquer medida que aumente o gasto total do governo acabará demandando aumento na carga tributária. O País vai ter que botar na mesa o debate sobre aumentar quase continuamente a carga, que já é alta”, alertou Mansueto.

<b>Veículo: Estadão</b>	
<b>Data: 30.06.2020</b>	<b>Caderno: Economia</b>



# Imposto de Renda 2020: como destinar parte do imposto para projetos sociais

Contribuinte pode ceder parte de seu imposto para fundos especiais, sem ter gastos a mais; entidades devem receber comprovante de pagamento para solicitar destinação

**Luísa Laval, O Estado de S.Paulo**

29 de junho de 2020 | 18h44

Na correria para preencher a Declaração do **Imposto de Renda** - cujo prazo de entrega termina nesta terça-feira, 30 -, pode passar batido que é possível



destinar até 6% do total devido do imposto de renda aos fundos especiais de amparo social controlados pelos conselhos estaduais e municipais e fiscalizados pelo Ministério Público. Isso significa que o contribuinte pode ajudar financeiramente instituições cadastradas sem ter uma despesa a mais.

É possível doar até 3% do imposto para os fundos da criança e do adolescente e mais 3% aos fundos do idoso. Além disso, o contribuinte ainda pode deduzir pagamentos feitos durante o ano referentes a programas específicos de incentivo à cultura, ao esporte e à saúde.

[LEIA TAMBÉM](#)

Prazo para entrega da declaração do Imposto de Renda termina nesta terça-feira

O valor destinado será abatido do que o contribuinte deveria pagar de imposto, se tiver saldo de imposto a pagar, ou somado à restituição, se tiver saldo a restituir. A contribuição não pode ser parcelada.

A lista dos fundos que podem receber o dinheiro do **Imposto de Renda** aparece no programa gerador da declaração. Assim que a doação for selecionada, o sistema emitirá um **Documento de Arrecadação de Receitas**

**Federais (Darf)**, que precisa ser pago até 30 de junho, prazo para a entrega do IR 2020.

Caso o contribuinte opte por destinar diretamente a uma entidade, é importante lembrar de pedir um recibo, que deve estar assinado por um representante da instituição e pelo presidente do conselho do fundo escolhido. Esse documento servirá de comprovante da destinação, que deve ser informada na declaração no modelo completo do próximo ano. Muitas entidades contempladas sabe como proceder para que essa destinação ocorra e montou tutoriais para ajudar nesse processo.

### **Passo a passo para destinar recursos a uma instituição**

Para destinar o imposto diretamente na declaração, o contribuinte precisa optar pelo modelo de declaração completa. Em seguida, é preciso seguir os passos:

1. Após preencher todos os seus dados e informações financeiras, clique em “Doações diretamente na declaração”, no menu da esquerda;
2. Escolha o fundo “Criança e adolescente” ou “Idoso” e clique em “Incluir novo”;
3. Selecione as opções “Nacional”, “Estadual” ou “Municipal” (confira em qual fundo a entidade de seu interesse está cadastrada);

4. O valor disponível para doação é informado pelo próprio sistema, que elabora os cálculos e informa o montante equivalente aos 3% disponíveis para serem doados. Este valor que aparece é, assim, o máximo que poderá ser doado;
5. Após indicar o valor a ser doado ao fundo desejado, envie a declaração;
6. Após o envio, localize no menu do lado esquerdo o local onde está a DARF referente à sua doação (Imprimir DARF - Doações Diretamente na Declaração - ECA ou Idoso);
7. Pague a DARF da doação e também a do IR devido, quando for o caso. Caso queira destinar o imposto para uma instituição específica, é necessário enviar a DARF e o comprovante de pagamento para a própria entidade. Consulte a organização para saber a melhor opção de envio.

## **Instituições beneficiadas**

O **Hospital do Amor** é uma das entidades beneficiadas pela destinação de parte do **Imposto de Renda**. Localizado em Barretos (SP), é o maior polo de tratamento oncológico gratuito da América Latina. Em 2019, captou, por meio do Fundo da Criança, cerca de R\$ 10 milhões, o que beneficiou mais de 29 mil pacientes. Já o projeto 'Fundo do Idoso' arrecadou, no último ano, R\$ 57 milhões, o que auxiliou mais 122 mil pacientes.

“O número de pessoas que destinam parte de seu Imposto de Renda ainda é muito baixo no Brasil. Nós sempre reforçamos que esse procedimento dura um

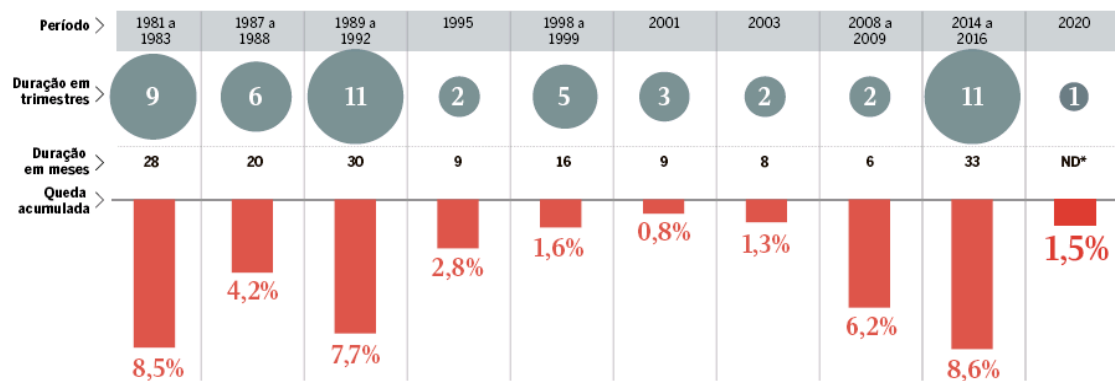
minuto, mas influencia um ano inteiro de instituições. Nós pedimos que as pessoas doem um minuto do seu tempo para ajudar milhares de pessoas”, diz o diretor de Desenvolvimento Institucional do Hospital do Amor, Henrique Moraes Prata.

A **Afesu**, associação que promove a formação educacional e profissional de 750 mulheres (tanto crianças quanto adultas) em situação de vulnerabilidade social, também é uma das entidades contempladas pelo fundo. Neste ano, o projeto beneficiado pelas destinações será a unidade de Morro Velho, em São Paulo, que oferece atividades complementares no contraturno escolar, iniciação profissional para jovens e apoio a gestantes. No ano passado, uma das unidades da associação recebeu R\$ 417 mil no ano passado.

“As destinações do Imposto de Renda são importantíssimas para nós, pois são uma forma de a pessoa poder ajudar sem ter de gastar mais nada com isso. Ainda mais agora, durante a pandemia, em que as instituições estão passando por mais dificuldades financeiras, isso é muito importante. E o processo é muito simples”, afirma a diretora executiva da Afesu, Ilsiane Peloso. / **COM**

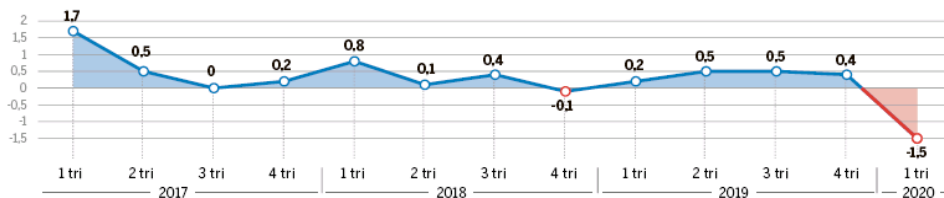
**INFORMAÇÕES DA AGÊNCIA BRASIL**

## OS PERÍODOS RECESSIVOS QUE O PAÍS VIVEU



## COMPORTAMENTO DO PIB

(Variação em % frente ao trimestre anterior)



Fontes: Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (Codace) e IBGE \*O comitê ainda não datou o mês inicial da recessão dentro do trimestre.

Editoria de Arte

Fontes: Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (Codace) e IBGE \*O comitê ainda não datou o mês inicial da recessão dentro do trimestre.

Editoria de Arte

## MAIS UM CICLO DE RETRAÇÃO

# ATIVIDADE EM QUEDA

## Brasil entrou em recessão no 1º trimestre, diz comitê da FGV

CÁSSIA ALMEIDA  
cassia@fgv.br

O Brasil entrou em recessão no primeiro trimestre, segundo o Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (Codace), da Fundação Getúlio Vargas, anunciou ontem. A economia já vinha em desaceleração desde o fim de 2019 e bastaram apenas 15 dias de quarentena em março para a atividade recuar. Segundo o economista Paulo Picchetti, pesquisador da FGV e um dos membros do comitê, essa recessão deve ser a mais profunda da História:

— Em termos de velocidade e intensidade da queda inicial, é a maior que a gente já olhou. A duração e a velocidade da retomada são as grandes questões de agora.

João Victor Issler, professor da FGV e também membro do Codace, disse que houve um cataclismo em março: — Mas já havia alguns indicadores em declínio no fim ano e, em janeiro, o panorama já não era favorável.

Não é comum o comitê identificar o início do ciclo recessivo tão rapidamente. A preocupação é identificar a data mais correta possível, pa-

## Déficit histórico nas contas

> As contas públicas registraram déficit de R\$ 126,6 bilhões em maio, segundo o Tesouro Nacional. É o pior resultado da série histórica, iniciada em 1997. Em maio de 2019, o rombo foi de R\$ 14,7 bilhões.

> Os números correspondem à diferença entre arrecadação e despesas no chamado governo central, que não inclui dados de estados e municípios.

> O resultado foi impactado pela queda na arrecadação e pelas ações de combate à crise do coronavírus. A principal despesa é o auxílio emergencial de R\$ 600, que já custou R\$ 152 bilhões. Esse gasto deve aumentar, pois o benefício será prorrogado.

> No acumulado do ano, o saldo está negativo em R\$ 222,5 bilhões, também o pior da série. Em igual período de 2019, o déficit era de R\$ 175 bilhões.

ra não haver revisões. Mas, dessa vez, não há dúvida de que o PIB vai recuar novamente no segundo trimestre, quando o IBGE informar os números em 1º de setembro. Entre janeiro e março, a atividade já tinha caído 1,5%. Dois trimestres seguidos de queda configuram recessão técnica. — Esse caso foi diferente. Normalmente datamos com um atraso grande, porque a preocupação é datar corretamente. São números sujeitos à revisão. Mas foi uma queda tão forte, rápida e generalizada, que, mesmo sem ter o PIB do segundo trimestre, sabe-

mos que o número vai ser negativo, claramente negativo — disse Picchetti.

Por isso, a decisão foi unânime entre os oito membros do comitê. É a décima recessão no país desde o início dos anos 1980, de acordo com o grupo.

O tombo entre abril e junho vai ser de dois dígitos, segundo as previsões do mercado, acima de 10%. A Consultoria Tendências espera queda de 12% frente ao início do ano. Nas contas do sócio e economista da consultoria Silvio Campos Neto, o segundo semestre será de expansão, mas com queda em relação aos números de 2019:

— Teremos o primeiro semestre recessivo, e o terceiro e o quarto trimestres serão positivos, com recuperação gradual, à luz de toda a queda do primeiro semestre. Para 2020, esperamos recuo de 7,3%.

## VOLTA SÓ EM 2024

O Brasil entrou na recessão da pandemia sem ainda ter se recuperado da forte retração entre 2014 e 2016, que foi a mais longa da História recente do país. Foram 33 meses de recessão, entre março de

recessão, entre março de 2014 e dezembro de 2016, de acordo com a datação também divulgada ontem pelo comitê. Maior que a do confisco do Plano Collor, entre 1989 e 1992. Naquela época, foram 30 meses.

— Até agora, foi a mais profunda e mais longa que já tivemos — disse Picchetti.

Antes da pandemia, esperava-se que a economia se recuperaria desse tombo em 2021. Não será mais. Pelas contas do também economista da FGV Armando Castelar, somente voltaram ao patamar do PIB de 2014, antes de começar a recessão, em 2024:

— Crescemos pouco em 2017, 2018, 2019. Quando a recessão da pandemia começou, o PIB ainda estava abaixo do de 2014. Com a queda adicional, a recuperação prevista para 2021 ficou para 2024.

A recuperação perdeu força antes mesmo de a quarentena começar em março. O fim de 2019 já indicava um ritmo menor de atividade, a ponto de a alta do PIB no ano, de 1,1%, ter sido menor que a de 2018.

Castelar prevê ainda que a taxa de desemprego chegue ao fim do ano em 18,7%, cinco pontos percentuais acima do pico da última recessão.